

MUNA NTETE

AS ORIGENS DO REINO DO KONGO*

John K. Thornton  

Boston University

Os estudos sobre a origem e o período inicial do reino do Kongo tem uma longa história. Já em 1687, Antonio Giovanni Cavazzi da Montecuccolo publicou uma descrição bastante detalhada da história inicial do Kongo com base no tempo em que viveu na região e em suas conversas com outros missionários que viveram no Kongo.¹ Seu livro era frequentemente citado como uma das únicas fontes de histórias gerais tardias na Europa, até que, em 1877 esse pequeno fundo documental foi aumentado quando Levy Maria Jordão, o visconde de Paiva Manso, publicou uma coleção de documentos encontrados em arquivos portugueses e angolanos relacionados ao Kongo. Dentre os documentos publicados por Paiva Manso, estavam cartas de Afonso I Mvemba a Nzinga (1506-1542) que continham informações históricas sobre as origens do Kongo, bem como uma breve lista dos primeiros monarcas do Kongo em um relato do jesuíta Mateus Cardoso de 1622, descrevendo a genealogia que o Rei Pedro II (1622-1624) proferiu em sua coroação, traçando seus ancestrais desde o primeiro rei do Kongo, e, por último, um trecho da crônica de 1681 de António de Oliveira Cadornega sobre as guerras portuguesas em Angola com alguns comentários sobre a origem do Kongo.²

Esse material foi então reunido por historiadores europeus que publicaram obras geográficas e históricas tratando da África no início do período colonial. Ernst Georg Ravenstein, cuja breve história do Kongo

1 Giovanni Antonio Cavazzi da Montecuccolo, *Istorica Descrizione de tre regni Congo, Matamba ed Angola*, Bologna: Grassi, 1697.

2 Levy Jordão de Paiva Manso, *História de Congo (Documentos)*, Lisboa: Typographia da Academia, 1877. Paiva Manso não soube identificar o autor do relato de 1622, mas desde então foi estabelecido que este seria Cardoso.

harmonizou essas fontes para criar um relato relativamente simples em 1901, e o missionário belga que atuou no Congo, Joseph Van Wing, que usou Cavazzi de forma semelhante para apresentar a história antiga do Kongo em 1920.³ Em 1929, Alexander Ihle também utilizou essas mesmas fontes para escrever uma descrição do Kongo, bem como a história de sua fundação.⁴

Esses primeiros projetos seriam superados quando Jean Cuvelier, outro missionário belga, começou a publicar uma história de períodos iniciais do Kongo em língua kikongo no periódico missionário *Kukiele*, em 1928-1929, seguido em 1930-1931 por uma versão mais acadêmica em francês.⁵ Cuvelier consolidou sua pesquisa sobre a origem do Kongo em 1941 no primeiro capítulo de um livro sobre o famoso Rei Afonso I do Kongo (1506-1542). Quando o livro foi publicado em francês em 1946, logo se tornou um pilar da pesquisa e comentário sobre a história antiga do Kongo.⁶

A pesquisa de Cuvelier ampliou substancialmente o fundo documental disponível sobre as origens do Kongo. Ele trouxe à luz vários relatos europeus anteriormente desconhecidos sobre a origem do Kongo: um trecho de uma história do Kongo de 1624, mas recém-publicada do Kongo escrita pelo jesuíta português Matheus Cardoso, e o manuscrito do capuchinho italiano Girolamo da Montesarchio sobre suas viagens no Kongo na década de 1650, na qual revelava detalhes para complementar a história de origem.⁷

3 Ernest Georges Ravenstein, “A Sketch of the Kingdom of Kongo” in *The Strange Adventures of Andrew Battell of Leigh in Angola and Neighboring Lands*, London: Hakluyt Society, 1901; Joseph Van Wing, *Études bakongo: Histoire et sociologie*, Brussels: Goemaere, 1920.

4 Alexander Ihle, *Das Alte Königreich Kongo*, Leipzig: C & E Vogel, 1929.

5 Jean Cuvelier, “Mambu ma kinzu nkulu a nsi a Kongo”, *Kukiele*, n. 8 (1928), pp. 61-63; n. 9 (1928), pp. 70-71; n. 10 (1929), pp. 3-6; 11-13. Edições posteriores continuam através da chegada dos portugueses. A versão francesa com traduções e análises foi publicada em “Traditions congolaises”, em *Congo*, n. II/1 (1930), pp. 470-482 & II/2 (1931), pp. 193-208.

6 Cuvelier apresentou um relato habilmente escrito e bem anotado sobre a fundação em *Het Oud-koninkrijk Kongo*, Bruges: Desclée de Brouwer, 1941, e uma versão em francês em *L'ancien royaume du Congo*, Bruges: Desclée de Brouwer, 1946, pp. 9-15 e notas 251-252.

7 Trechos de “História de Congo” de 1624 foram publicados em Alfredo de Albuquerque Felner, *Angola*, Lisboa, 1933. Cuvelier, juntamente com Olivier de Bouveignes,

Cuvelier também havia coletado muitas narrativas da tradição oral que circulavam no Congo Belga e no norte de Angola na época. Esses relatos orais conferiram à sua versão em kikongo o tom de um ancião falando (embora ainda citando fontes documentais) e forneceram possíveis conexões das tradições com as fontes europeias publicadas em seu artigo e livro subsequente.

O incentivo inicial de Cuvelier para estudar a tradição oral veio da leitura do trabalho de dois catequistas na missão congoleses em Tumba: Mpetelo Boka e Liévan Sakala Mboku. Estes últimos compuseram um relato em kikongo de oito páginas sobre a tradição em 1913, a qual Cuvelier apelidou de “Relação de Kionzo”. Não era um relato da origem do Kongo, mas sim, como Cuvelier o compreendia, uma descrição do crescimento inicial do reino em suas primeiras gerações. As tradições locais subsequentemente coletadas por ele não eram versões oficiais, como as testemunhas do século XVII haviam ouvido, mas focavam-se, em vez disso, nas histórias dos clãs (*makanda*, singular *kanda*). A “Relação de Kionzo” explica como “nove clãs” (*zimvila evwa*) teriam povoado o Kongo. Eles escreveram “Ne Kongo, aquele que reinava originalmente [*dina diotekel’o yala kuna kaka*], vivia na glória do seu reino [*kintinu kia Kongo*], experimentou grande alegria ao ver que seus sobrinhos e sobrinhas formavam uma multidão variada” e decidiu enviá-los para estabelecer seus domínios. De acordo com o relato, após um grande festival, os fundadores do que se tornariam os nove clãs teriam pronunciado cada um o lema de seu clã e partiram para ocupar o país.

Cuvelier, assim como muitos kongueses de sua época, dedicava-se a aprender sobre esses clãs e a compreender como estavam conectados entre si por descendência dos clãs originais. Cuvelier, que se dedicou muitos

publicou extratos do texto de Montesarchio em tradução francesa como *Jérôme de Montesarchio, Apôtre du Vieux Congo*, Namur: La Vigiere, 1951, uma edição contendo o manuscrito original completo foi publicada in Girolamo da Montesarchio, “Viaggio al Gongho” (novo material nos fôlios 30-30v) em Calogero Piazza, (org.), *La Prefettura Apostolica del Congo alla metà del XVII secolo: La relazione inedita di Girolamo da Montesarchio*, Milan: A. Giuffrè, 1976.

anos à coleta de tradições orais, registrou mais de cem histórias de clãs e começou a publicá-las.⁸ Seu colega, Joseph de Munck, continuou o trabalho, publicando uma quarta edição do *Nkutama a mvila za makanda* em 1972.⁹

Havia ficado claro para Cuvelier que as tradições dos clãs eram como formas primárias de tradição oral, e que, ao menos em sua época, poderiam servir como fontes do passado mais longínquo, no qual os clãs teriam sido uma forma primária de organização política e social. Na época em que Cuvelier chegou à África, até mesmo a família real do Kongo que vivia na antiga capital de São Salvador (ou Mbanza Kongo), os Kivuzi, havia registrado uma história familiar, que foi registrado em um manuscrito de 1929 obtido por Cuvelier. Esta tradição do clã real continha uma história muito semelhante àquelas das outras tradições de clã em sua coleção.¹⁰

Cuvelier usou tradições de clãs para complementar o que já sabia a partir de versões mais antigas de tradição de Cavazzi e de outros. Por exemplo, ele explorou tradições de clãs relacionadas à travessia do Rio Congo, para estabelecer exatamente quais clãs teriam atravessado o caudaloso rio e onde.¹¹ Sempre que possível, o estudioso belga vinculava os nomes dos clãs àqueles mencionados em relatos europeus antigos. No entanto, Cuvelier tinha consciência de que essas conexões eram frágeis e que seu trabalho era especulativo, uma vez que apresentava mais sugestões do que fatos concretos. Por considerar essas tradições de clãs muito antigas, com pelo menos 400 anos, ele tomava liberdade para modificá-las para que se adequassem às reconstruções históricas, alegando a necessidade de adaptações inevitáveis durante sua longa transmissão temporal.

Por exemplo, quando se tratava da fundação da capital do Kongo, Cuvelier adotou o relato básico das fontes do século XVII, mas observou que essa versão mencionava que o rei fundador encontrou um senhor que tinha o título de Mani Cabunga que, segundo Cardoso, era “como um Papa”.

8 Jean Cuvelier, *Nkutama a mvila za makanda*, Tumba: Impremerie de Mission, 1934.

9 Joseph de Munck, *Nkutama a mvila za makanda* Tumba: Impremerie de Matadi, 1972.

10 Documentatie en Onderzoekscentrum voor Religie, Cultuur en Samenleving (KADOC), BE-943855-981-805, Cuvelier, “Notes ethnologique”, pp. 119, 121.

11 Cuvelier, “Traditions congolaises”, pp. 475-478.

Deste modo, Cuvelier adaptou o título Cabunga para Vunda (o que requer mudar “g” para “d”), com o objetivo de harmonizar com o título de uma importante autoridade política dos séculos XVII e XVIII (o *Mwene Vunda*), vinculando-o por conseguinte aos clãs *Nsaku ne Vunda*, ou *Ntinu Nsaku ne Vunda*: “este é um nome que os indígenas lhe dão, eles sabem que *Nsaku ne Vunda* tinha o privilégio de eleger reis”. A partir daí, ele utilizou-se do relato de Cavazzi que mencionava que um dos eleitores reais se chamava *Mwene Effunda* e interpretou que *Effunda* também poderia ser lido como *Vunda*, que então associou a *Nsaku*.¹²

Com base nesse tipo de adaptação de títulos e sua interposição a diferentes períodos (nem sempre cuidadosa), Cuvelier entendeu que o clã *Nsaku* teria sido fundamental para o Kongo. Ele também concluiu que o primeiro embaixador do Kongo na Europa (chamado *Caçuta* nas crônicas antigas e às vezes *Zacuta* nas mais recentes), portaria um título que também poderia ser lido como uma versão reposicionada da palavra *Nsaku*. Cuvelier defendeu que um segundo embaixador do Kongo, chamado Antonio Manuel, muito conhecido por ter viajado a Europa em 1604, era também originário do tal clã *Nsaku* porque era chamado de Marquês de Funesta, que poderia ser considerado corruptela da palavra *Vunda*, e *Vunda*, e, por sua vez, seria do clã *Nsaku ne Vunda*. Nota-se que Cuvelier frequentemente confundia o nome de pessoas e de clãs transformando em denominações coletivas termos que designavam indivíduos.¹³

Graças a estas publicações em kikongo, muitos historiadores locais foram inspirados a também reunirem suas próprias coleções de tradições, seguindo o trabalho dos pioneiros assistentes de Cuvelier: Boka e Sakala Mboku. Grande parte desse trabalho era informal e não publicado, mas em 2010, Patrício Batsîkama, neto do grande historiador bakongo Raphaël Batsîkama se dedicou à história dos clãs, analisando os lemas dos clãs para determinar a direção das migrações. Muitos grupos políticos nacionalistas e centrados no Congo passaram a utilizar os itinerários dos fundadores

12 Cuvelier, “Traditions congolaises”, pp. 199-201.

13 Cuvelier, “Traditions congolaises”, pp. 199-201.

dos clãs, desde seus locais de origem a partir de suas próprias pesquisas ou de textos em kikongo publicados, para se legitimarem a partir de uma história das glórias do Kongo.¹⁴

Quando a década de 1960 trouxe a explosão de uma história acadêmica africana que valorizava a combinação de tradição oral e registros documentais, o trabalho de Cuvelier passou a ser considerado uma espécie de modelo metodológico que combinava fontes locais e estrangeiras a uma base etnográfica. Jan Vansina, ao considerar a questão da origem do reino do Kongo, tinha elementos para criticar Cuvelier, mas aceitou a maioria de suas conclusões quando publicou *Kingdoms of the Savanna* em 1965.¹⁵ Outros estudiosos contemporâneos, escrevendo de forma mais profunda sobre o Kongo, também aceitaram suas conclusões como base para sua explicação das origens do Kongo: Georges Balandier (que publicou *Daily Life in the Kongo Kingdom* em 1965) e W. G. L. Randles, (*L'ancien royaume du Congo* de 1968).¹⁶

Enquanto a maioria dos autores anteriores, incluindo Vansina, Balandier e Randles, basearam suas narrativas em tradições mais antigas, principalmente do século XVII, António Custodio Gonçalves, um antropólogo social com longa experiência de campo em áreas de língua kikongo, produziu em 1980 um modelo baseado nos clãs como estruturas

14 Patrício Batsíkama, *As origens do reino do Kôngo*, Luanda: Mayamba, 2010; parte do trabalho de Raphaël Batsíkama ba Mampuya ma Ndwâla foi publicado em francês na década de 1960 e subsequentemente colatado em *L'Ancien Royaume du Congo et les Bakongo* (Ndona Béatrice and Voici les Jagas), Paris: L'Harmattan, 2000, ver Batsíkama, *L'ancien royaume*, pp. 178-218. Sua grande obra, editada pelo seu neto Patrício Batsíkama, mas não publicada, foi “Mvil’êtu ye lu-KÓNGO-lo luwândi”, com aproximadamente 200 páginas que usa esses lemas [mottos] extensivamente, citando os textos em kikongo de Cuvelier. Batsíkama também editou outra obra em francês, ainda também não publicada, com muitos dos mesmos princípios e uma extensa bibliografia: “Histoire du royaume du Kongo: Enseignée au moyen de sa toponymie”.

15 Jan Vansina, “Les origins du royaume de Congo”, *Journal of African History*, n. 3 (1963); Jan Vansina, *Kingdoms of the Savanna*, Madison: University of Wisconsin Press, 1966, p. 40, citando Cuvelier como a principal autoridade.

16 Georges Balandier, *Everyday Life in the Kingdom of the Kongo: From the 16th to the 18th Centuries*, New York: Pantheon, 1968 [original em francês, 1965], pp. 27-41; W. G. L. Randles, *L'ancien royaume du Congo des origines à la fin du XIX siècle*, Paris: La Haye, Mouton, 1968, pp. 20-25 (apenas usando a tradição mais antiga).

fundamentais dos processos históricos do Kongo. O resultado dessa análise que via a história do Kongo conduzida por clãs cuja estrutura ele compreendia, foi uma interpretação segundo a qual os reis do Kongo teriam sido representantes de um único clã que teria governado Mbanza Kongo, dominando então outros clãs que controlavam as províncias. No processo de adoção de modelos portugueses e cristãos de legitimidade e ainda mantendo a perspectiva de conflito intra-clãs e interclãs, Gonçalves criou uma história impregnada de antropologia que fez consideravelmente menos uso da extensa documentação disponível e evitou a exploração das tradições de clã existentes na obra de Cuvelier.¹⁷

Em 1985, a historiadora Anne Hilton desenvolveu sua própria versão de uma história do Kongo baseada em clãs. Embora não tenha citado Cuvelier diretamente, ela aproveitou as estruturas de clãs modernos conforme relatadas pelo antropólogo Wyatt MacGaffey que, a partir de seu trabalho de campo, desenvolveu uma descrição detalhada e uma análise do funcionamento do clã hegemônico em Mbanza Manteke em meados da década de 1960.¹⁸ A partir do trabalho de MacGaffey, mas sem citar o conteúdo de quaisquer histórias de clãs, Hilton desenvolveu o modelo de um “clã antigo” (*kanda*), que versava essencialmente sobre uma pequena unidade territorial, cercada por outras unidades semelhantes em interação entre si. Para Hilton, essas unidades familiares constituíram a estrutura básica do Kongo nos séculos XIV e XV.¹⁹

Deste modo, assim como Cuvelier havia proposto, Hilton estendeu o modelo para incluir ideias sobre como esses clãs teriam interagido entre si, como alguns começaram a dominar outros, e como alguns desses teriam

17 Antonio Custódio Gonçalves, *La symbolisation politique: Le prophétisme Kongo au XVIIIème siècle*, Munich-London: Weltforum, 1980, apesar do título, a primeira parte apresenta a teoria para a origem em Kongo: Antonio Custódio Gonçalves, *Le linage contre l'état*, Évora: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985; *A história revisitada do Kongo e de Angola*, Lisboa: Estampa, 2005.

18 Wyatt MacGaffey, *Custom and Government in the Lower Congo*, Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1970.

19 Anne Hilton, *The Kingdom of Kongo*, Oxford: Oxford University Press, 1985, pp. 19-23.

eventualmente tornaram-se “chefias extra-kanda”.²⁰ Uma vez estabelecido o modelo, ela recorreu às tradições do século XVII que traçavam o movimento do fundador do Kongo. Este líder teria se originado de um ponto logo ao norte do Rio Congo, e depois atravessando-o para chegar à capital de Mbanza Kongo. Hilton ainda relacionou esse processo ao movimento de clãs na mesma direção, defendendo que teria sido motivado pelo controle do comércio e redistribuição de bens comerciais, em detrimento da ideia de conquista propagada pelas tradições do século XVII.²¹ O Kongo se desenvolveu ainda mais, como argumentou a historiadora, dominando uma grande rede regional de clãs, fazendo de sua capital Mbanza Kongo uma espécie de centro nevrálgico que teria permitido aos reis a obterem mais poder. O resultado teria sido um estado fragilmente centralizado que partilhava muitos de seus bens comerciais e de suas decisões com as coalizões de clãs centrais e regionais.²²

O trabalho de Hilton se tornou uma interpretação hegemonia, em grande parte porque ela trabalhou com um grande *corpus* de documentação dos séculos XVI e XVII, e, como Cuvelier antes dela, procurou vincular sua interpretação das histórias dos clãs a essa documentação.²³ A ideia de que os clãs teriam raízes antigas em uma organização social presumivelmente inalterada era amplamente difundida na época, e, portanto, essa ideia não foi seriamente contestada.

No entanto, a interpretação da história antiga do Kongo centrada nos clãs tinha uma falha significativa: eles não eram tão antigos quanto Cuvelier acreditava. Como defendi em artigo publicado recentemente (2022), as tradições, e presumivelmente os clãs cuja história eram narradas por elas, provavelmente não datavam de períodos anteriores ao século XVIII. As histórias desses clãs podem ser rastreadas, em geral, até no máximo o colapso gradual da autoridade central do Kongo com as guerras civis que se seguiram à Batalha de Mbwila em 1665. Algumas

20 Hilton, *Kingdom of Kongo*, p. 24.

21 Hilton, *Kingdom of Kongo*, pp. 34-35.

22 Hilton, *Kingdom of Kongo*, pp. 35-36.

23 Seu livro foi citado 438 vezes no GoogleScholar até fevereiro de 2024, bem mais que qualquer outra obra sobre a história do Kongo.

tradições de clã registraram processos posteriores à fragmentação política do Kongo. Por exemplo, a tomada do controle das províncias por governadores, e a passagem para uma transmissão hereditária do poder interno. Outras narrativas tratam da constituição de domínios menores por nobres empreendedores dos séculos XVIII e XIX. Nota-se que um número significativo de narrativas, especialmente aquelas que narram uma viagem do líder fundador de Mbanza Kongo ou da foz do Rio Congo, e a posterior fundação de uma cadeia de aldeias, eram provavelmente relatos que tratavam da fundação de aldeias em regiões de rotas comerciais que se desenvolveram apenas em meados e fins do século XIX.²⁴

Evolução da tradição sobre a fundação do Kongo

Na historiografia africanista das décadas de 1960 e 1970, e Jan Vansina em particular, as narrativas tradicionais foram consideradas como provenientes de um único “texto oral” original, que poderia ser recuperado comparando variações, assim como se recuperaria o texto original de um manuscrito ao confrontá-lo a variações em cópias posteriores.²⁵ Como resultado dessa visão, a escrita baseada em tradição oral naquele período tendia a contentar-se em recolher várias versões e fazer o possível para harmonizá-las. Para muitas regiões na África, a estratégia de recuperação de um texto original fazia sentido, já que as tradições geralmente eram coletadas aproximadamente na mesma época, frequentemente no início do período colonial ou registradas nas décadas de 1960 ou 1970.²⁶

O Kongo apresenta um caso raro, pois testemunhas documentaram versões de tradições ao longo de um tempo muito mais longo. Há indícios

24 John Thornton, “Modern Oral Traditions and the History of Kongo”, *International Journal of African Historical Studies*, n. 55 (2022), pp. 1-20.

25 Jan Vansina, *Oral Tradition: A Study in Historical Methodology*, Chicago: Aldine, 1965 [original em francês de 1961].

26 Por vezes, estas coleções tardias eram consideradas superiores, majoritariamente porque acreditava-se que as coleções coloniais eram tendenciosas e mal documentadas.

de tradições no início do século XVI, indicações mais substanciais no final do século XVI e, a partir da década de 1620 até a de 1640, foram registradas narrativas proclamadas por reis, ou pelo menos resumos delas. Houve ainda narrativas adicionais nos últimos anos do século XVII e início do século XVIII. Finalmente, apareceu outro conjunto de narrativas no século XIX e no início do período colonial e, é claro, ainda hoje é possível ouvi-las.

Se colocarmos essas narrativas em ordem cronológica, perceberemos que a tradição da fundação do Kongo mudou ao longo do tempo, e essas mudanças correlacionam-se com períodos distintos na história do Kongo. As tradições mais antigas enfocam um rei fundador poderoso que teria conquistado e organizado o Kongo, observando-se uma exceção para a província de Mbata. Uma segunda camada reduz o poder de Mbata, mas mantém o padrão geral. No final do século XVII, porém, o Kongo passou por uma longa e devastadora guerra civil, e, por conseguinte, as tradições passaram a apresentar um líder fundador que teria tido um papel de mediador de disputas.²⁷

Conforme o reino se desintegrava, nobres, aventureiros e comerciantes privados passaram a construir seus próprios domínios dentro do território, fundando linhagens que tinham mais referência local do que ao poder central. Surgiu, então um novo tipo de tradição, primeiramente registrada na década de 1850, focando sua narrativa no envio das linhagens para o interior do país para povoar o reino. Foi esta versão que Cuvelier finalmente encontrou no Congo Belga.

Em 2001, iniciei um projeto para reexaminar a questão das origens do reino do Kongo, partindo de uma crítica dos textos de Cuvelier e focando-me nos relatos tradicionais mais antigos, ao mesmo tempo que reconhecia que as tradições pós-1665 não eram tão relevantes para a compreensão da fundação do reino. Em 2018, revi essa questão consideravelmente e, ainda

27 John Thornton, “Origin traditions and history in Central Africa (Oral tradition in the early colonial period and the origins of the Kingdom of Kongo)”, *Africa Arts*, n. 37 (2004)[manter itálico em *African Arts*], pp. 32-37, p. 97.

hoje, continuo a ajustá-la.²⁸ O que pretendo propor neste artigo é uma nova versão ainda inédita dessa história, desta vez fundamentada por novos documentos e análises às quais tive acesso desde então, privilegiando as tradições mais antigas e reconhecendo as mudanças sutis que sofreram ao longo do tempo.

Os primeiros indícios de tradição: início do século XVI

Nos documentos do início do século XVI, há referências inconclusivas a períodos anteriores. Uma dessas referências importantes encontra-se na carta do Rei Afonso I (1506-1542) a Manuel I em 1514, na qual ele descreveu um papel especial que desempenhava a província de Mbata no contexto. O rei do Kongo testemunhou em sua carta que, em decorrência de ter promovido uma “queima de ídolos” em território do Kongo, seus inimigos passaram a dizer que: “éramos muito maus homens e fomos nos mexer com Dom Jorge Moynebata, que era a cabeça do nosso Reino”.²⁹ A ideia de que o *Mwene* Mbata era a “cabeça de nosso Reino” foi também invocada em uma carta que João III escreveu para Afonso em 1529, prometendo ajudar a escolha de seu sucessor. Nela, incluía cartas que enviaria a autoridades de alto escalão do Kongo, incluindo “Dom Jorge Manjbata, que é a primeira voz do Congo e não se pode fazer rei sem ele, pelo

28 John Thornton, “Origins and Early History of the Kingdom of Kongo, c. 1350-1550”, *International Journal of African Historical Studies*, n. 34 (2001), pp. 89-119; John Thornton, “The Origins of Kongo: A Revised Vision” in Koen Bostoen and Inge Brinkman (eds.), *The Kongo Kingdom: The Origins, Dynamics and Cosmopolitan Culture of an African Polity*, Cambridge: Cambridge University Press, 2018, pp. 17-41; John Thornton, *A History of West Central Africa to 1850* (Cambridge: Cambridge University Press, 2020), pp. 24-33; John Thornton, *Afonso I Mwemba a Nzinga: King of Kongo*, Indianapolis: Hackett, 2023, pp. 1-9.

29 Afonso para Manuel I, 5 de outubro de 1514, em António Brásio, *Monumenta Missionaria Africana*. 1ª série, 15 volumes, Lisboa: Agência Geral do Ultramar (entre outros), 1952-1988. Em *Monumenta Missionaria Africana* 1, p. 298, o título de Dom Jorge é corrigido da leitura de Brásio “Moxuebata”, baseando-se na leitura do texto original localizado em ANTT, *Corpo Crónologico*, 1-16-28.

costume da terra”.³⁰ Aparentemente, não apenas Mbata era considerada uma província especial, mas também Mpangu. Em 1514, em uma carta endereçada a Manuel, Afonso pediu ao rei para “escrever uma carta em seu nome para moynebata Dom Jorge e outra para moinepanguo, que são os principais senhores de nosso reino”.³¹ Como havia muitas províncias no país, mencionar especificamente Mpangu e Mbata, e nenhuma outra, sugere que Mpangu tinha um status especial, embora desconhecido.

Do mesmo modo, ao solicitar sacerdotes para uma diocese que seria constituída no Kongo, Dom Afonso mencionou que Mpangu estava sob controle de seu filho, o bispo Henrique “para seus gastos”. No entanto, ele não deixou claro se Henrique estava de fato governando Mpangu o que poderia indicar que a região desfrutava de um status especial.³²

Soyo também foi mencionado em textos antigos. Para começar, o relato de Rui de Pina de 1491 afirmava que seu governante, batizado como Manuel, era irmão da mãe do rei e, portanto, o tio do rei. Esclarecer este relacionamento não era apenas uma formalidade. Em kikongo, todos os homens da geração do pai eram considerados pais, sem que se estabelecesse um vínculo específico com eles. Assim, ele não era um pai posicional, mas sim um tio. Manuel foi batizado diante do rei por ser o mais velho, e essa reverência era concedida não apenas por sua idade, mas também por seu status de ancião

Além disso, após seu batismo, o rei enviou o *Mwene Soyo* “um grande senhor primo com irmão do príncipe agradecendo-lhe muito pela hospitalidade que ofereceu aos cristãos do rei seu irmão e amigo” para parabenizá-lo e, notavelmente, “estimava por grande e assinalado serviço, e fazia-lhe como fez mercê de trinta léguas de terra ao longo do mar, e dez léguas para o interior, com todos os vassalos e rendas dela”.³³ A versão italiana de Rui da Pina, de

30 João III para Afonso, c. 1529, *Monumenta Missionaria Africana* 1, p. 535.

31 Afonso para Manuel I, 5 outubro de 1514, *Monumenta Missionaria Africana* 1, p. 322.

32 Carta de Afonso para João III, 18 de março de 1526, *Monumenta Missionaria Africana* 1, p. 461.

33 Rui de Pina, “Chronica delRey D. João II”, *Monumenta Missionaria Africana* 1, p. 66. Este detalhe estava ausente da crônica anterior de Rui de Pina, conhecida apenas em uma versão italiana.

1515, nomeia o “parente” [original “*consanguinco*”] como “Manichobal”.³⁴ Tudo isso sugere uma proeminência política da província de Soyo no contexto do Kongo. Além disso, embora pudesse ser uma prerrogativa real a de conceder o governo de Soyo a qualquer membro da família real, sabemos que o mesmo *Mwene Soyo* Dom Manuel se manteve no poder até sua morte (antes de 1520) e seu filho, Antonio, continuaria a governar o Soyo até pelo menos 1535.³⁵

Outra pista sobre a história antiga do Kongo vem dos títulos que possuía o rei Afonso I. Em sua carta de 1514, o rei se intitulava apenas “Rei de Congo e Senhor dos Ambundos, etc.”³⁶ O título sugeria uma divisão em duas partes do país, uma parte sobre a qual ele governava como rei e a outra sobre a qual governava como senhor. Em 1535, ao se apresentar ao Papa Paulo III, no entanto, ele detalhou o significado do “etc.”: “Rei de Congo, Jbúgu e Cacomgo, Emgoyo, daqui e dalém, no Nzary [rio Zaire], Senhor dos Ambundos, e de Amgolla, de Quisyma e Musuru, de Matamba e Muyllu, de Musucu, e dos Amzicos e da conquista de Pamzualübu, etc.”.³⁷ Essa divisão em duas partes pode ser problemática, pois poderia ser facilmente interpretada como uma imitação do estilo real português, que também incluía um componente “Rei de...” e um “Senhor do...”. No entanto, a parte inicial da titulação estendida segue uma divisão sistemática: os títulos sobre os quais ele era “rei” estavam todos ao norte do rio Congo, e aqueles que ele reivindicava como “senhor” encontravam-se todos ao sul ou leste do Kongo, daí a distinção “daqui e dalém no rio [Zaire ou Congo]”. As principais províncias do Kongo não foram nomeadas, presumivelmente porque já se constituíam como parte integrante do Kongo. Sabemos que

34 Carmen Radulet, *O cronista Rui de Pina e a “Relacao do Congo”*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1992, fol. 90va-90vb.

35 António assinou o recibo para os mosquetes em 1 de dezembro de 1520, *Monumenta Missionaria Africana* 15, p. 57; Ele foi também descrito como soberano do Soyo em 1535, Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), CC II-199-11, *Instrumento de Gabriel Fernandes*, 13 de março de 1535.

36 Afonso para Manuel I, 5 de outubro de 1514, *Monumenta Missionaria Africana* 1, p. 294; Afonso para Manuel I, 18 de março de 1526, *Monumenta Missionaria Africana* 1, p. 459 “Rey de Cõgo e Senhor dos Embu[n]dos e de cõquysta de Pazoallübu”.

37 Afonso para o papa Paulo III, 12 de fevereiro de 1535, *Monumenta Missionaria Africana* 2, p. 38

essas províncias principais existiam no período, visto que foram nomeadas em vários outros documentos do reinado de Afonso I.

Segunda fase: final do século XVI

Mais informações sobre relatos advindos de tradições orais reaparecem na documentação escrita na década de 1580, quando informações desse tipo são registradas por Duarte Lopes e por dois líderes da missão carmelita no Kongo. Duarte Lopes chegou a Angola em 1579 e logo viajou para o Kongo, para onde se mudou. Lopes seria enviado a Roma como embaixador do rei do Kongo Álvaro I (1568-1587) em 1583. Em suas instruções para Lopes, Álvaro observou que ele deveria “Primeiramente dar contas a Sua Santidade minuciosamente do que acontece e passa nestes meus Reinos”.³⁸ Sem dúvida, Lopes deveria apresentar a versão oficial, aprovada por Álvaro I para descrever o Kongo ao papa de maneira favorável ao monarca africano. Posteriormente, Lopes compartilhou sua história e teve conversas sobre o Kongo com o humanista italiano Filippo Pigafetta, que a escreveu um livro fruto destes diálogos com Lopes, publicado em 1591.³⁹ Pigafetta não utilizou apenas o relato oral de Lopes, mas também consultou fontes arquivísticas de Portugal publicadas por Giovanni Battista Maffei (1588) e João de Barros (1552).

No ano seguinte à partida de Lopes para Roma, um grupo de missionários carmelitas espanhóis liderados por Diogo de Santíssimo Sacramento partiu para o Kongo, onde permaneceram até 1586. Eles escreveram vários relatórios durante sua permanência no território e, ao retornarem, ainda redigiram relatórios adicionais. O mais importante dentre estas fontes foi a recentemente descoberta *Relação Florentina* redigida em 1586 ou 1587,

38 Instruções a Duarte Lopes, 15 de janeiro de 1583, in *Monumenta Missionaria Africana* 3, p. 234.

39 Filippo Pigafetta, *Relação do Reino do Congo e das terras circunvizinhas* (Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1951), cita a paginação do original italiano, marcada nas margens desta tradução.

provavelmente escrita pelo segundo membro no comando da missão, o missionário Diego de la Encarnación.⁴⁰ De la Encarnación posteriormente escreveu um relato mais longo, que ele compartilhou com o embaixador Antonio Manuel, o Marquês de Funta, e que se tornou parte de um relato longo que foi elaborado para o uso de autoridades do Vaticano.⁴¹ Este relatório sem título foi escrito como um rascunho em uma mistura de espanhol e italiano, e combinava o trabalho de De la Encarnación e Pigafetta, tendo sido ampliado por conversas com o embaixador Antonio Manuel.⁴²

Esses textos do final do século XVI não constituem um relatório sistemático sobre a história antiga do Kongo, mas relatam o que poderia ser considerado comentários que fornecem alguma ideia de como os kongueses entendiam sua história e sua tradição. Duarte Lopes, conforme registrado por Pigafetta, tem muito mais a dizer sobre Mbata do que Afonso, o que certamente acrescenta uma nova dimensão aos indícios provenientes da primeira metade do século XVI sobre o papel de Mbata no Kongo. Mbata, ele escreveu:

Foi outrora reino forte e grande, e de sua espontânea vontade se veio a unir com o reino do Congo, sem guerra, por haver lá, talvez, dissensões entre os grandes; e por isso é mais favorecido que as outras províncias do reino do Congo em privilégios e liberdades. Porquanto, sempre se comete a governança de Bata a alguém do sangue dos reis daquela terra, a seu arbítrio, não se tendo mais respeito a um que a outro, contanto que seja de casta e linhagem real, nem ao primogênito ou segundo, não se herdando aquele governo, mas dando-lhe por el-rei do Congo, como foi dito, com fundamento de lho não usurparem por sucessão ou rebelião.⁴³

40 John Thornton, “The Florentine Relation: A Newly Discovered Sixteenth Century Description of the Kingdom of Kongo”, *History in Africa* (2023): 1-22. O texto está depositado em: Biblioteca Nazionale Centrale di Firenze (BNCF), Manoscritti Panciatichiani 200, fols. 163-173 

41 Biblioteca Apostolica Vaticana, Vaticana Latina (BAV, Vat. Lat.) MS 12516, sem título . Uma tradução francesa de parte dessa documentação foi publicada em Jean Cuvelier e Louis Jadin (eds.), *L'ancien Congo d'après les archives romaines* (Bruxelas, 1954), pp. 112-160.

42 Thornton, “Florentine Relation”, pp. 12-14.

43 Pigafetta, *Relação*, p. 37.

De la Encarnación, por sua vez, acrescentou um pouco a essa história: “Batta Reino muito grande, que hoje é governado por um Príncipe chamado Manibatta, que também se intitula príncipe do Congo, pois, faltando um sucessor legítimo no Reino de Congo, este Manibatta sucede por ser o mais próximo ao tronco e à linhagem dos Reis do Congo”.⁴⁴ Isso acrescenta pouco ao relato de Lopes, para além de confirmar a relação especial de Mbata com o poder central.

Quanto às outras províncias, ambos os relatos afirmam terem sido, em grande parte, conquistadas pelo Kongo, começando pela província de Mpemba, sobre a qual Lopes afirmou: “esta terra é o centro do estado do Congo, e a origem dos antigos reis, e o solo onde nasceram, e o assento e cabeça dos outros principados, por isso se lhe assinou a cidade real de todo o império”.⁴⁵

Se Mpemba foi o centro e “origem dos antigos reis” para Lopes, esse dado é aprofundado no relato mais extenso de De la Encarnación sobre o que poderia contar como história subsequente: “Abaixo do Reino do Congo, há muitos outros reinos que antigamente tinham seus próprios reis; agora todos estão submetidos e tributários ao do Congo”. Ele então continua a discutir vários domínios orientais, como Mbata, Mpangu e Wandu, e prossegue: “Pela costa do mar, há outros reinos que antigamente tinham seus próprios reis, como o Reino de Bamba e Pemba e Soño, que são reinos [ilegível] governados por fidalgos principais do Congo de muita confiança”.⁴⁶

No relato de Pigafetta, Lopes lhe contou sobre o território de Mpangu que “o seu governador se chama ao presente D. Francisco Manipango, e é da mais antiga nobreza dos senhores do Congo, e sempre nos conselhos de estado é requerido, por ser já velho e de grande prudência, pois há mais de cinquenta anos que está à frente do governo daquela região, sem querelas, nem que el-rei lhe haja alguma vez tirado a governança”.⁴⁷ Assim, esta província havia sido

44 BNCF, *Manoscritti Panciatichiani*, fol. 163.

45 Pigafetta, *Relação*, p. 38.

46 BNCF, *Manoscritti Panciatichiani*, fol. 163v.

47 Pigafetta, *Relação*, p. 36

mantida por muito tempo, mas também o rei não escolhera removê-lo, como se estivesse em seu poder fazê-lo.

De la Encarnación acrescentou um pouco mais sobre Mpangu no relato presente no Vaticano, observando que Mpangu “foi antigamente um grande Reino, e depois se tornou sujeito ao Congo por ser favorecido por ele em suas guerras, e por isso sempre é dado a alguém do Sangue real e bem aceito pelo Rei de Congo”.⁴⁸ Mais abaixo, De la Encarnación acrescentou que Mpangu “foi conquistado pelos de Zundi e sujeito ao Rei do Congo”.⁴⁹ Parece que Mpangu desfrutava de uma relação especial, embora suas origens não sejam claras; teve uma relação de aliança precoce e acabou sendo conquistado. Além disso, poucos governadores mantiveram províncias por tanto tempo ou tiveram uma voz tão proeminente nos assuntos reais como o de Mpangu.

Nsundi, por sua vez, foi designada como província governada por um herdeiro aparente do rei do Kongo. Pigafetta escreveu:

Esta província é a primeira e como o patrimônio de todo o reino do Congo, e por isso é sempre governada pelo primogênito de el-rei e pelos príncipes que hão-de reinar, assim como aconteceu no tempo do primeiro rei cristão, que se chamou D. João, cujo primogênito, que era governador, lhe sucedeu, e se chamou D. Afonso.⁵⁰

Essas províncias eram adjacentes entre si e localizadas a Leste do território. Talvez seja relevante notar que a lista de províncias de De la Encarnación manteve as províncias orientais, Mbata, Mpangu e Wandu, separadas das ocidentais (incluindo Mpemba). De qualquer forma, outras províncias do Kongo haviam sido reinos independentes, mas, após sua conquista, os governantes originais foram substituídos por aqueles favorecidos pelo rei, tipicamente, ao que parece, pertencentes à família real.

No entanto, a relação de Soyo como poder central continuava a apresentar problemas. Observa-se que Soyo tinha uma relação incomum

48 BAV, Vat. Lat. 12516, fol. 119.

49 BAV, Vat. Lat. 12516, fol. 120.

50 Pigafetta, *Descrição*, p. 35.

com a família real do Kongo, sendo governado por um “tio do rei” com poderes especiais e concessões dadas pelo poder central, sendo uma delas a sucessão hereditária interna. A *Relação Florentina* assegura-nos que Soyo havia sido anteriormente um reino independente e que, como as outras províncias ocidentais, era então “governada por fidalgos principais do Congo de muita confiança”. Lopes também observou que os governantes de Soyo “pertencem à casa real, e este que agora governa se chama D. Diogo”. No entanto, descreve o *Mwene Soyo* como alguém que “tem sob o seu domínio muitos outros senhores menores e algumas províncias que antigamente eram sua pertença, como são os povos de Mombalas, situados mais próximos da cidade do Congo, anexos àquele governo”.⁵¹

Mombalas não era a terra que havia sido concedida por Nzinga a Nkuwu ao *Mwene Soyo* em 1491, que ficava na costa, mas muito provavelmente estava ao longo da margem sul do rio Congo. A região continha várias subprovíncias, mas segundo a versão mais antiga da crônica de Rui de Pina, o rei teria enviado o “Manicobal” para transmitir seus cumprimentos a Soyo.

Se reconhecermos que, na escrita portuguesa das palavras do kikongo, era comum o uso do prefixo singular “mu” como marcador étnico ou regional, que em seguida formariam plurais adicionando “s”, o termo “Mombalas” na documentação poderia ser lido como Mbala, assim como Cobal poderia ser lido como uma palavra que continha o mesmo radical “-bal” (se aceitarmos que o “Co-” se referia ao locativo “ku”).⁵²

Embora não seja possível determinar exatamente onde ficava Mbala, sabemos que estava localizada ao longo da costa sul do rio Congo e, sem dúvida, também fazia fronteira com a região problemática conhecida nas fontes do século XVI como “Panzelungos” (dentre várias outras versões de grafia). Igor Matonda Sakala propôs que os residentes dessa localidade dos Pazelungos também teriam sido aliados do meio-irmão rival de Afonso I, que teriam fugido para essa região após sua derrota. Eles viviam nas ilhas

51 Pigafetta, *Relação*, p. 51.

52 Sobre a prática portuguesa, ver Francois Bontinck, “Les Quimbaires: Note semantique”, *Africa*, n. 31 (1976), p. 45.

pantanosas na foz do rio, em suas margens igualmente pantanosas, e Afonso declarou orgulhosamente ter conquistado a região em 1526.⁵³ Talvez essa conquista tenha sido feita pelos líderes de Soyo e, portanto, as ilhas foram entregues a esses últimos. A *Relação Florentina* descreve tais ilhas como remanescentes de tradições pagãs, cuja notável habilidade na guerra fluvial fazia o rei recear atacá-las.⁵⁴

Essa versão pode ser vista como uma continuação da história de Soyo testemunhada por Lopes e registrada por Pigafetta. Este último citou, por vezes, o trabalho de João de Barros, que relatava em linhas gerais o que as crônicas contemporâneas como a de Rui de Pina haviam dito sobre a missão de 1491.⁵⁵ No entanto, Lopes contou a história dos primeiros contatos do Kongo com Portugal, afirmando que antes desse contato, alguns comerciantes portugueses teriam ido ao Kongo para “aprenderem a língua e negociar com eles, entre os quais também ficou um padre de missa; e convivendo os portugueses com o senhor de Soyo, que era tio do rei”. O padre teria posteriormente convertido o *Mwene* Soyo, que, em seguida, teria ido à corte real e convencido o rei a se converter também.

Na mesma linha desse relato, Pigafetta creditou ao *Mwene* Soyo o engajamento e o papel fundamental na obra missionária católica em sua província.⁵⁶ Pigafetta transmitiu a versão convencional da história da missão de 1491, mas enfatizou um papel especial de Soyo no Kongo na disputa sucessória após a morte do rei do Kongo Dom João I em 1506, quando e Afonso assumiu o trono. Mais uma vez, reescrevendo a história anterior, Pigafetta situou a guerra que o Kongo travou contra “rebeldes” após o batismo de João I que teria ocorrido em algum território do Leste, ao invés do Oeste. Em seu relato, os rebeldes não povoariam a foz do rio, mas

53 Igor Matonda, “L’identité des Pamzoallumbu ou Pangelungus du royaume Kongo: Essai d’interprétation du sens et du contexte d’un terme au XVI^e siècle”, *Cahier d’études africaines*, v. 40, n. 238 (2020), pp. 371-406.

54 *BNCF, Manoscritti Panciatichiani*, fol. 166.

55 João de Barros, *Decadas da Asia*, Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 1552, (Década I, Livro 3, cap. 9).

56 Pigafetta, *Relação*, p. 43.

a área ao redor do lago Malebo. Em sua versão, Afonso teria sido aliando do *Mwene* Mbata na luta contra os rebeldes, alterando substancialmente a versão presente nas fontes originais do século XV.

Deste modo, ele lançou nova luz à história da famosa rivalidade entre Dom Afonso e seu irmão Mpanzu a Kitemu e sobre o processo de sucessão de João Nzinga a Nkuwu. A fonte primária utilizada por Pigafetta para interpretar tal guerra sucessória (a crônica de João de Barros) não dá a Mpanzu a Kitemu um título, mas acrescenta que este último teria liderado uma conspiração na qual “a maior parte dos chefes principais estavam do lado do Pango, que assim se chamava por ser governador da região do Pango”, ou o *Mwene* Mpangu.⁵⁷ Esse dado pode ajudar a explicar por que Afonso considerou, em 1514, pedir que o rei de Portugal escrevesse exclusivamente a Mpangu e Mbata, e a nenhum outro líder provincial.

Quando Afonso estava enfrentando pressão para abandonar o Cristianismo, de acordo com a versão de Pigafetta (novamente baseando-se em Barros), teria sido Manuel, o *Mwene* Soyo, quem o persuadiu a permanecer firme na fidelidade à fé católica. Além disso, de acordo com tal relato, quando Afonso estava enfrentando seu irmão em batalha, o *Mwene* Soyo teria fornecido conselhos e apoio para ajudar na vitória. Assim, a questão da conquista de Mpangu e da aliança anterior de Mpangu com o Kongo podem contribuir para entendermos um pouco melhor o papel das províncias orientais no reino, e porque Mpangu foi considerada tão importante no período anterior. O mesmo processo teria dado a Soyo um lugar extraordinário e talvez novo na história do Kongo.

Ainda outra peça da história de Soyo emerge após a análise dos relatos de Lopes e dos Carmelitas. Em 1587, Álvaro I morreu, exatamente quando os Carmelitas retornaram à Europa e enquanto Lopes ainda estava em Roma. O filho do rei, Álvaro (que se tornaria Álvaro II), enfrentou então um momento difícil e teve que vencer um meio-irmão em um duelo para ascender ao trono. Nos anos subsequentes, desafios adicionais o aguardavam.⁵⁸

57 Pigafetta, *Relação*, p. 47.

58 Detalhes em Thornton, *A History of West Central Africa to 1850*, pp. 89-91.

No entanto, Soyo parece ter desempenhado um papel-chave neste período. Uma declaração encontrada entre os papéis do embaixador Antônio Manuel após sua morte em Roma em 1608 foi emitida por outro governante de Soyo chamado Manuel, detentor do título de “Conde”. Nota-se o primeiro caso documentado de atribuição de um título político de origem europeia no Kongo. Neste documento, Manuel declarou, em 1591, que ele era um apoiador de Álvaro, mas que não queria dizer isso publicamente, mantendo o fato em segredo (na época Antônio Manuel era seu secretário). Um colono angolano que relatou os eventos do Kongo no mesmo ano observou que Soyo ainda não havia se mostrado a favor do rei.⁵⁹ Consequentemente, em 1593, o Conde Miguel declarou em uma segunda carta que havia resolvido seus conflitos com o rei, que por sua vez o perdoou por, presumivelmente, dar uma resposta inicialmente fraca à rebelião, concedendo-lhe o direito de dar títulos e propriedades em Soyo: uma concessão extraordinária, ao que parece.

Combinando esses elementos que acabamos de expor, podemos ensaiar uma narrativa coesa sobre o processo de centralização do Kongo em relação às principais províncias: os reis do Kongo partiram primeiramente de sua terra de origem em Mpemba e conquistaram as outras províncias, que haviam sido antigos reinos por direito próprio. Presumivelmente, bem cedo nesse processo, os reis fizeram uma espécie de acordo com as autoridades de Mbata, para o qual o rei do Kongo concederia o direito de participar na eleição dos reis e poderia até mesmo assumir o reino caso a linhagem real se esgotasse.

Além disso, os reis do Kongo permitiriam que a família governante de Mbata continuasse no cargo por um processo endógeno de transmissão do poder, enquanto nos outros, os cargos provinciais estavam sob controle real. Juntamente com a aliança com Mbata, os fundadores do Kongo firmaram um segundo acordo, esse principalmente militar, com Mpangu. No entanto, essa aliança não permitia que Mpangu interviesse nas eleições do Kongo, como ocorria com Mbata.

59 Gaspar Dias de Beja, março de 1591, *Monumenta Missionaria Africana* 3, pp. 432-424.

Posteriormente, quando Afonso reivindicou o trono, o líder de Mpangu decidiu apoiar Mpanzu a Kitimu, em um período em que o apoio de Mbata também era considerado incerto. Após sua vitória, Afonso, não teve forças suficientes para enfrentar Mpangu, e acabou por permitir que o governante permanecesse. Pigafetta ou Lopes, portanto, poderiam ter confundido o líder de Mpangu com Mpanzu a Kitimu, considerando-os a mesma pessoa. Perdoado em troca de seu apoio, o governante de Mpangu ainda estava no poder, de modo que, em 1526, Afonso pôde apenas conceder a Henrique as rendas de Mpangu, e não a governança. Apenas alguns anos depois, por volta de 1530, Francisco iniciou a conquista de Mpangu a partir de Nsundi, e foi concedido o direito de governar a região por ao menos cinquenta anos. Não obstante, parece que, após o fim do governo de Francisco, os líderes de Mpangu passaram a ser escolhidos pelo rei do Kongo, assim como era o caso das outras províncias.

Além disso, talvez Soyo tivesse uma posição incomum no contexto do Kongo por ser ocupada por parentes próximos do rei, até mesmo membros sêniores que, aparentemente, tinham direitos hereditários. Também parece ter sido permitido pelo rei que o Soyo se expandisse tanto para leste quanto para sul. Além disso, essa província parecia desempenhar um papel autônomo e importante na política real do Kongo no final do século.

A terceira fase: 1620-50

As sugestões dos processos históricos narrados por Lopes e pelos carmelitas no Kongo podem ser cruzadas com relatos de narrativas reais sobre as origens do Kongo, que foram registrados entre os anos 1620 e 1650. Em 1622, o missionário jesuíta Mateus Cardoso ouviu uma série de proclamações históricas sendo feitas e discutidas durante o processo de eleição do Rei Pedro II. O jesuíta registrou em um breve relato em 1624, descrevendo a área inicial sobre a qual o Kongo teria se formado: “não havia rei no que se chama hoje reino do Congo, mas estava repartido

entre muitos senhores, ou régulos, que a dita província tinham entre si repartida como ainda hoje a na provincial Ambundana, e cada senhor o era de sua terra absoluto, com misto e mero império”.⁶⁰

Entretanto, ele continuou dizendo que “há trezentos e cinquenta anos”, havia um rei de um pequeno reino chamado Bungo [Vungu] que tinha muitos filhos. O mais jovem dentre eles, chamado Motino Bene, sabendo que nunca seria capaz de suceder seu pai, decidiu atravessar o rio Zaire e conquistar a grande província do Kongo. Um detalhe confirmatório da origem em Vungu vem de um relato de Cardoso em 1624 sobre um ataque dos “jagas” aliados com Loango em Bungo, o que foi “uma questão que o rei sentiu muito por ser o tronco e a origem daquele reino, dos reis do Congo”.⁶¹ Bungo ou Vungu era um dos três pequenos territórios sobre os quais Afonso afirmava ter autoridade em sua lista de títulos em 1535, e sugere sua possível origem em Vungu, uma das três localidades com o mesmo nome situadas ao norte do Kongo.

O ataque do príncipe de Vungu chamado Motino Bene foi rápido e bem-sucedido, pois a área onde o Kongo se desenvolveria estava dividida entre muitos senhores ou “manis” (*mwene*). Devido à sua desunião, ele foi capaz, assim que cruzou o rio, de “em poucos anos subjugar e colocar sob seu domínio tudo o que hoje é o reino do Congo” o que “não devia ser sem sucederem muitas batalhas e recontros”, embora houvesse poucos detalhes ou lembranças sobre esses eventos.⁶²

A declaração inicial de Cardoso de que esses eventos começaram cerca de 350 anos antes é a única indicação cronológica nas tradições. É provável que ele tenha obtido essa informação durante o funeral em homenagem ao reinado de Álvaro III em 1622. Durante a cerimônia, enquanto os tocadores de tambores executavam uma melodia fúnebre usando um instrumento de percussão que produzia um som triste, eles

60 Paiva Manso [Matheus Cardoso], fols. 2-2v.

61 Mateus Cardoso para Manuel Rodrigues, 1624, *Monumenta Missionaria Africana* 7, p. 295.

62 Paiva Manso [Cardoso], “Historia”, fols. 14-14v.

batiam em seus instrumentos doze vezes, “e a razão pela qual essa cerimônia é realizada tantas vezes, sem aumentar ou diminuir, é mostrar que as doze gerações do Congo, descendentes dos primeiros reis, todas choram e lamentam a morte de seu rei”.⁶³ Supondo que Cardoso tenha feito um cálculo aproximado de 30 anos por geração, temos aritmeticamente 360 anos, que ele arredondou para aproximadamente 350 anos, ou se contarmos a partir de 1622, a data de fundação seria aproximadamente 1270.⁶⁴

Esses relatos ofereceram informações adicionais sobre a genealogia dos reis e mais elucidações sobre sua cronologia. Cardoso observou que Kongo teve quinze reis descendentes do fundador, seis “gentios” (sem contar Motino Bene) e nove cristãos (incluindo Nzinga a Nkuwu, batizado como João I). Infelizmente, Cardoso não nomeou esses reis “gentios” em sua história de 1624, mas ouviu e anotou informações sobre alguns deles, pois nomeou vários reis antigos ao descrever a ancestralidade de Pedro II. Segundo Cardoso, o rei Pedro era descendente direto do primeiro rei Motino Bene, e acrescentou alguns detalhes adicionais: “porque ele se chamou Motino, e por outro nome Nime, o qual teve um filho chamado Emcu-a-motino [Nkuwu a Ntinu], que foi o 4.º Rei de Congo. O filho de Motino Bene foi o quarto rei porque dois de seus sobrinhos foram nomeados rei antes de Emcu-a-motino [Nkuwu a Ntinu], e seu filho, por sua vez, foi o quinto rei e pai de Muzinga-am-cu, [Nzinga a Nkuwu] e o que recebeu a lei evangélica, sendo batizado em 3 de maio do ano do Senhor de 491, chamando-se D. João”.⁶⁵

No entanto, Cardoso entendia Motino Bene como o nome real do primeiro rei, defendendo que filho teria tido o nome Emcu-a-motino.

63 [Matheus Cardoso], “Morte del Rei Alvaro III Rei de Congo...” 1622, *Monumenta Missionaria Africana* 15, p. 490.

64 Hilton, *Kingdom of Kongo*, p. 35, assumindo que “geração” significasse um clã, optou por descrever estes como os doze clãs mwissikongo que ela acreditava terem se unido para fundar Mbanza Kongo. Em português, “geração” pode significar uma geração genealógica ou um clã. Em kikongo, o primeiro seria *ntandu* e o último *mvila*, veja o Dicionário de van Gheel de 1648, onde *aevum* = *kitandu* (relido como “um longo tempo” ou *tiempo* longo). Isso explica por que Cardoso usou uma contagem de gerações como base para sua estimativa de tempo.

65 Mateus Cardoso para Manuel Rodrigues, 1624, *Monumenta Missionaria Africana* 7, p. 290.

Esta interpretação seria lógica à luz da maneira com que os congueses transmitiam os nomes dos pais como elementos constitutivos dos nomes de seus filhos. Porém, Motino Bene não era um nome real, mas um qualificador ou título político, que pode ser lido como “*Ntinu Bene*”, significando essencialmente “um rei de fato” (ou como Jean Cuvelier anotou, seguindo um erro copiado de um manuscrito do século XIX: “*Ntinu Wene*” ou o “rei do reino”).⁶⁶

No entanto, Cardoso acreditava que Motino Bene tinha outro nome: “Nimi”, ao menos assim esse rei entraria na genealogia registrada no período. Mais importante ainda, essas lacunas sugerem que Cardoso provavelmente não tinha ouvido (ou registrado) todos os nomes dos primeiros reis.

Contando retrospectivamente a partir de Álvaro III, chegamos ao fundador segundo o jesuíta, chamado Motino (mais provavelmente Nimi), em apenas sete gerações, enquanto os tocadores de tambor no funeral do rei Álvaro observaram que havia doze gerações. Esse último número pode ser decorrente de um padrão da cultura do Kongo, na qual eventos importantes aconteciam em múltiplos de três. Deste modo, doze poderia ser um número genérico e não exato na contagem de gerações para significar um tempo longo. De toda maneira, isso pode significar que alguns reis não foram corretamente nomeados na genealogia real registrada por Cardoso.

O relato de Cardoso representa uma revisão da versão de fundação do Kongo anteriormente registrada pelos carmelitas, que descrevia a região onde o Kongo se estabeleceu como previamente dividida em vários reinos, cada um com seu próprio governante, e cujas terras foram conquistadas e dadas à família real do Kongo e a seus aliados. Em vez disso, Cardoso entendeu que Motino Bene se estabeleceu em um “outro [local], quatro léguas da cidade do Congo, e nele fez a distribuição do que tinha ganhado entre seus capitães, dando a cada um uma província, ficando-lhe os senhores proprietários tributários, isto não por vida, mas enquanto fosse sua vontade”. Ele também ordenou que seus seguidores se casassem com indivíduos da população local, “os

66 Cuvelier não explicou por que decidiu fazer esta alteração, mas pode-se supor que por ser um texto do século XVII deteriorado, com um termo em uma língua desconhecida para o copista do século XIX, ele confundiu um “ü” com o ponto certo ausente ou obscurecido (normal para a escrita do século XVII em kikongo, o “w”) por um “b”.

nobres com as nobres, e os plebeus com as plebeias”, chamando todos eles pelo “nome antigo de Moxicongos”. Então o rei teria ido com seu povo para Mbanza Kongo, perto da residência do “Pontífice daquela gentildade chamado “Mani Cabunga” [*Mwene Kabunga*], e se casou com uma filha sua, e ficou por rei absoluto e senhor de todo aquele grande reino”. Cardoso ouviu dizer que o *Mwene Cabunga* era “uma espécie de papa” porque tinha autoridade religiosa de uma vasta região e era visto como guardião da terra e de seus produtos. Fosse religioso ou não, o *Mwene Kabunga* tinha uma jurisdição considerável, pois Garcia Simões relatou de Luanda, em 1575, sobre uma embaixada que ele recebeu do Kongo, na qual “entre eles vinham três fidalgos principais, um Manicabunga a quem de direito pertence todas estas terras que confinam com Angola”.⁶⁷

A versão de Cardoso, portanto, não envolvia reinos antigos independentes e presumivelmente bastante poderosos, cujas famílias governantes foram deslocadas pelo rei conquistador, como uma leitura do relato de De la Encarnación faria supor. Isso pode indicar que os reis, nos quarenta anos que separaram os reinados de Álvaro I e Álvaro III, teriam “esquecido” os antigos reinos em favor de um soberano que, teoricamente, teria ele próprio estabelecido as províncias a partir de governantes divididos. No entanto, esse esquecimento provavelmente teria sido uma redução deliberada do status dos governantes anteriores à medida que o Kongo aumentava sua centralização política.

De forma bastante semelhante, o relato de Cardoso diminui significativamente o papel de Mbata:

A província de Bata, onde há senhores proprietários não foi conquistada por Motino-Bene, antes fazendo ambos os reis entre si amizade se concertaram, que todos os filhos herdeiros do reino de Kongo casassem na Casa de Bata, o que ainda hoje se guarda inviolavelmente, e os mais de Bata seriam obrigados a sustentar suas filhas rainhas, ou princesas, dando-lhes para isso rendas na dita província ou reino, e assim o que

67 Carta de Jácome Dias, 1 ago. 1548, *Monumenta Missionaria Africana* 15, p. 148; Garcia Simões para o provincial jesuíta, 20 out. 1575, *Monumenta Missionaria Africana* 3, p. 135.

se dava por concerto veio pelo tempo em diante ficarem tributários do que hoje são os senhores de Bata sujeitos àquele reino.⁶⁸

Cardoso registrou também uma reformulação na ascendência nominal do governante de Mbata, que passaria a ser considerado “avô do Kongo”: uma relação de parentesco simbólico reconhecida por ambos.

É significativo que o governador de Mbata não tenha sido mencionado aqui como um eleitor do rei e que, de fato, o relato não apontasse para sua presença na coroação de Pedro II, tendo este lugar sido ocupado na ocasião pelo *Mwene* Vunda. Essa mudança seria mais bem explicada pelo fato que o *Mwene* Mbata havia sido recentemente morto em uma rebelião. Outro fator mais significativo pode ter sido a independência fiscal de Mbata, reduzida a um pagamento voluntário à rainha do Kongo e, portanto, simplesmente um tributo.

O já referido missionario italiano Giovanni Antonio Cavazzi da Montecuccolo foi outra testemunha dos costumes do Kongo no século XVII. Cavazzi chegou à África em 1654 e passou a maior parte do tempo nas áreas de língua Kimbundu ao sul do Kongo, viajando brevemente ao Kongo em 1664. Mas Cavazzi estava muito interessado na história das sociedades locais e frequentemente coletava ou correlacionava relatos históricos. Sua história da conquista do Kongo pelo primeiro rei, a quem ele chamou de Luqueni (Lukeni), segue em grande parte o mesmo caminho que a de Cardoso, mas com maior riqueza de detalhes, provavelmente retirados de múltiplas fontes. Uma discussão formal sobre essa história provavelmente também ocorreu na coroação de António I, em 1661, registrada por Cavazzi. Enquanto Cardoso forneceu poucos detalhes da história que ouviu, a versão de Cavazzi é mais completa, mas também provavelmente continha elementos adicionados por ele próprio para criar uma história mais ampla. Vale dizer que Cavazzi revelou que obteve informações sobre o Kongo de um colega missionário capuchinho, Girolamo da Montesarchio, que passou a maior parte do tempo de sua missão no Kongo trabalhando nas áreas logo ao sul

68 Paiva Manso [Cardoso], “Historia”, fol. 16.

do rio Congo e provavelmente forneceu a Cavazzi informações adicionais sobre o Kongo antigo a partir desse conhecimento local.

Cavazzi relatando a genealogia do primeiro rei, Lukeni. Cardoso também sabia que Motino Bene tinha outro nome: Nimi. Mas um detalhe adicional de Cavazzi concilia essa discrepância. Cavazzi trouxe as seguintes informações sobre os pais do fundador: “Emini-a-Nzima, casado com uma tal Luqueni-lua-Sanze, filha de Nsacu-Lau e irmã de Mpucu-a-Nsucu. Teve ela um filho a quem chamou Luqueni, do seu próprio nome”.⁶⁹ O nome Lukeni lua Nimi, como foi nomeado, nos permite harmonizar a versão incompleta de Cardoso, dando um primeiro nome àquele segundo nome que ele registrou.⁷⁰

Deste modo, Lukeni lua Nimi teria nascido da união entre a família (ou clã) Nsaku Lau, representada por sua mãe Lukeni lua Sanze (os nomes Kikongo não têm gênero), que era irmã de Mpuku a Nsuku, presumivelmente o governante ou ex-governante de Mbata. Nenhum outro relato conhecido mencionou a conexão genealógica entre Mbata e Kongo. Vale destacar que Da Montesarchio foi provavelmente o informante de Cavazzi nesse caso, visto que o primeiro visitava Mbata regularmente, que no período que missionou era uma região que ainda era governada hereditariamente pela família Nsaku Lau. É provável que Da Montesarchio tenha transmitido a Cavazzi essa versão que ouviu diretamente dos governantes de Mbata, que por sua vez a reproduziu ao invés de se basear na história oficial do Kongo registrada por Cardoso.

Cavazzi também revelou que os Nsaku Lau governavam Mbata, e isso se ligaria às afirmações em relatos incompletos do século XVI de que essa união descrevia a conexão distintamente familiar entre Mbata e Kongo, que dava a Mbata o direito de garantir a sucessão dos reis e reivindicar o trono no

69 Giovanni Antonio Cavazzi da Montecuccolo, *Istorica Descrizione de tre regni Congo Matama ed'Angola*, Livro 2, n. 86, Bologna, 1687 (tradução feita a partir da tradução portuguesa de Graziano Saccardo, publicada em Lisboa em 1965). A tradução de Saccardo toma bastante liberdade com o original de Cavazzi)

70 Também nos permite nomear seu filho Nkuwu a Nimi (em vez do nome de Cardoso Nkuwu a Ntinu, que é derivado do título do fundador e não de seu nome).

Kongo, caso a linha real se extinguisse. Cavazzi não fez nenhuma distinção desse tipo. = Embora os Nsaku Lau fossem mencionados entre os ancestrais de Lukeni, Mbata seria descrito apenas nos eventos históricos posteriores, e não há relato de uma aliança ou das garantias mútuas de sucessão entre os dois.

De Nsacu-Lau, avô materno acima nomeado, descendem os duques de Bata. Estes, antigamente, visitavam o rei só de quando ou quando e faziam-no pessoalmente ou por meio de delegados, levados apenas por conveniência. Em seguida, porém, por o rei se ter tornado mais forte, aumentou neles o medo de serem despojados da sua autoridade. Então, prudentemente, entraram no costume comum e submeteram-se completamente à coroa.⁷¹

Essa resignação à realidade parece estar alinhada com as atitudes dos Nsaku Lau e com sua explicação para a perda de poder de Mbata. No entanto, parece que o poder de Mbata, descrito por Lopes e pelos carmelitas, foi reduzido, visto que, embora os duques de Mbata (título que foi dado no final do século XVI) costumassem visitar a corte, os reis, em tornando-se mais fortes, passaram a ameaçarem removê-los do poder. Trata-se de uma indicação adicional das intenções centralizadoras dos reis do século XVII. Nesse sentido, Cavazzi observou que “Há cerca de cem anos que o duque, ao chegar à corte, recebeu honras particularmente grandes e o novo título de Neacondiamene Congo, ou ‘Avô do Rei do Congo’”.⁷² Deste modo, o poder simbólico substituiu o poder material, o que indica uma perda da influência efetiva de Mbata sobre Mbanza Kongo no século XVII, que ainda era visível na década de 1580.

A versão de Cardoso descrevia Lukeni lua Nimi como um filho mais novo, provavelmente muito jovem para suceder ao trono. No entanto, outras versões aportam Lukeni lua Nimi como o primogênito, adotando o nome de sua mãe como seu primeiro nome, como a tradição ditava. Mas, na verdade, a questão da posição na ordem de nascimento era menos

71 Cavazzi, *Istorica Descrizione*, Livro 2, n. 89.

72 Cavazzi, *Istorica Descrizione*, Livro 2, n. 89. O título traduzido como “Avô do Rei do Congo” deve ter sido mutilado pelo tradutor, já que Cardoso o escreveu corretamente como *Nkak’andi a mwene Kongo*.

importante, o mais relevante era o uso que a tradição fazia desta posicionabilidade para justificar o seu desejo em ampliar o pequeno império de seu pai.

Cavazzi relatou que Nimi a Nzima teria designado o filho como encarregado da travessia do rio, local onde os impostos eram recolhidos. O jovem Lukeni lua Nimi teria então assassinado sua tia grávida (irmã de seu pai) por ter se recusado a pagar a taxa a um membro “mais velho” da família. Uma história tão horrenda, o assassinato de sua própria tia e de seu feto não nascido, estabelece o princípio legal do direito absoluto de um rei de governar: a capacidade de matar qualquer pessoa, independentemente da relação pessoal ou familiar. Provavelmente, esta narrativa deve ser interpretada como uma declaração ideológica que estabelece o poder do estado e exalta sua independência institucional frente às questões familiares.⁷³ Incentivado por seus seguidores, Lukeni lua Nimi atravessou o rio e subjugou a província de Mpemba Kasi e, em seguida, avançou prontamente até a montanha ao sul desse ponto para fundar cidade capital de Mbanza Kongo: informação de Cavazzi evidentemente obtida a partir do relato que Da Montesarchio lhe repassou.⁷⁴

Talvez essa história tenha sido bastante simplificada, até mesmo nas versões do século XVII que Cavazzi utilizou, devido a outra afirmação que ele fez, possivelmente também com base em Da Montesarchio. Cavazzi afirmou que havia um lugar em “Esiquilu” [Nsi a Kwilu] onde “os nativos veneram um sítio, no meio das matas, que, segundo a tradição, seria a morada dos primeiros reis”.⁷⁵ O local era considerado tão sagrado, disse Cavazzi, que acreditava-se que apenas ao olhar para o tal mausoléu poderia causar a morte do observador. Nsi a Kwilu era o vale do Kwilu que passava pela atual cidade de Kimpese, e incluiria Mpemba Kasi em seu interior.

Parece que a história de uma residência em Mpemba Kasi era uma tradição local e talvez associada aos túmulos reais antigos, e provavelmente

73 Esta ideia me foi explicada por um grupo de angolanos que falam kikongo após uma apresentação que fiz em Luanda, em 1997. Ver também, Marshal Sahlins, “The Atemporal Dimensions of History, in the old Kongo Kingdom, for example” in David Graeber e Marshall Sahlins, *On Kings* (Chicago: Hau, 2017), pp. 139-221

74 Cavazzi, *Istorica Descrizione*, Livro 2, n. 86.

75 Cavazzi, *Istorica Descrizione*, Livro 1, n. 23

teria vindo de Da Montesarchio. O fato da terra governada pelos primeiros reis não estar localizada nem ao norte do rio Congo (como em Vungu), nem em Mbanza Kongo – uma vez que ambos Cavazzi e Cardoso afirmavam que Nimi a Lukeni havia avançado rapidamente para o sul depois de atravessar o rio e chegado à montanha onde construiria Mbanza Kongo – sugere um período um pouco mais longo de assentamento em Mpemba Kasi. O cemitério dessa região continha os corpos dos “primeiros reis”, ao menos dois deles. De fato, embora Cardoso afirmasse que havia seis reis pagãos, ele nomeou apenas quatro, considerando Nzinga a Nkuwu como cristão, baseando-se em um cálculo retroativo a partir de Pedro II.

Assim como na história escrita por Cardoso, Cavazzi afirmou que, uma vez estabelecido em Mbanza Kongo, o fundador, “dividiu o reino em comarcas, que distribuiu pelos seus parentes e pelos seus partidários, os quais, emulando as suas façanhas com igual valor, dilataram os seus territórios”.⁷⁶ O missionário não cita a existência de reinos independentes descritos pelos carmelitas, destacando a alegação de que os reis haviam organizado as províncias por conta própria a partir de territórios pequenos e divididos, refletindo a centralização adicional de autoridade.

Cavazzi, no entanto, assim como Cardoso, reconheceu alguns líderes locais na região. Cardoso havia descrito o *Mwene* Kabunga como um “papa” local, enquanto para Cavazzi o líder local seria Mambolo, o *Mwene* Mpangala. Ele relatou a história de como este senhor menor tivesse feito uma reivindicação simbólica regular aos reis do Kongo por seus antigos direitos e foi dispensado com apenas um presente.⁷⁷ Na verdade, tanto Mpangala quanto Kabunga aparecem em fontes do meio do século XVI; Mpangala como uma subdivisão dentro de Vunda e Kabunga como um administrador mais poderoso cuja autoridade se estendia até a Luanda.⁷⁸

76 Cavazzi, *Istorica Descrizione*, Livro 2, n. 88.

77 Cavazzi, *Istorica Descrizione*, Livro 2, n. 86.

78 Traslado de uma Devassa...que Sua Real Senhor [D Diogo] mandou tirar...10 de abril de 1550. Contém um defeito de edição (faltando uma linha) em *Monumenta Missionaria Africana* 2, p. 248-62; uma nova edição crítica do texto original em português e uma tradução para o inglês aparecem em John Thornton e Linda Heywood, “The Treason of Dom Pedro Nkanga a Mvemba against Dom Diogo, King of Kongo, 1550”, in

Ainda existem disparidades, no entanto. Esta lista harmonizada elenca apenas três reis “pagãos”, se excluirmos o pai de Lukeni lua Nimi e Nzinga a Nkuwu, tendo sido o último incluído entre os cristãos. No entanto, se aceitarmos que houve seis reis “pagãos”, isso indica a existência de mais um rei vivendo em Mpemba Kasi, o que teria ocorrido antes da fundação de Mbanza Kongo e do próprio reino. Talvez a linhagem real incluísse seis reis, mas apenas três teriam sido reis do Kongo após a fundação efetiva do reino.

De fato, parece que muitos problemas podem ser resolvidos ao atribuírmos toda a história de Nimi a Nzima, a travessia do rio e o período em Mpemba Nkasi antes da fundação do Kongo. Antes de fundar o Kongo, eles eram, presumivelmente, soberanos de províncias de Vungu, que ficava, de acordo com os títulos de Afonso, “daqui e dalém do Nzary [rio Zaire]”. As histórias locais sobreviventes dos enterros reais em Nsi a Kwilu e o papel de Mpemba Kasi seriam irrelevantes para a história da realeza transmitida por Cardoso. Outra possibilidade, possivelmente mais plausível, é que Mpemba Kasi fosse uma província de Mpemba, e, portanto, as declarações de Lopes e Pigafetta de que Mpemba era “a raiz e origem do Kongo” se referiam ao fato desta sub-província Mpemba Kasi ter usurpado seu antigo senhor.

Cardoso nos informa que os tambores contavam doze gerações de reis que haviam terminado com a morte de Álvaro III. Se contarmos retrospectivamente através da lista de reis, obtemos onze gerações: Álvaro III, Álvaro II, Álvaro I, Bernardo, Diogo, Pedro, Afonso, João (“o rei cristão”), Nkuwu a Lukeni, Lukeni lua Nimi e Nimi a Nzima. Se reconhecermos a importância do número doze no pensamento do Kongo, não seria um problema adicionar essa última geração como aquela no cemitério de Nsi a Kwilu que continha os corpos dos reis. Cardoso disse que havia seis reis pagãos, mas só forneceu nomes para Lukeni lua Nimi, seus dois sobrinhos e seu filho Nkuwu a Lukeni, então ainda restam dois: um seria Nimi a Nzima e aquele outro que teria sido enterrado em Nsi a Kwilu.

Kathryn McKnight e Leo Garofalo (eds.), *Afro-Latino Voices: Narratives from the Early Modern Ibero-Atlantic World, 1550-1812*, Indianapolis: Hackett, 2009, p. 2-29.

Podemos usar essa genealogia revisada para obter uma precisão um pouco maior em uma cronologia das origens do reino do Kongo. Sabemos que cinco gerações de reis do Kongo passaram pelo trono entre a morte de João I Nzinga a Nkuwu em 1506, e a morte de Álvaro III em 1622, ou seja, 114 anos, o que dá uma média de 22,8 anos por geração. Usando 22,8 anos como medida e considerando sete gerações (para totalizar doze), podemos situar o nascimento de Nimi a Nzima 160 anos antes, ou seja, em 1346. Sem reivindicar tanta precisão, podemos então situar os eventos iniciais da história de Kongo um pouco depois de 1350, ou amplamente no meio do século XIV.

Mais uma peça da história emerge a partir do relato de Cavazzi. Ao descrever a eleição real de Antônio I em 1661, Cavazzi observou que “Os eleitores necessários são três grandes fidalgos do reino: o “Mani Efunda”, *Mwene Mbata* e o conde de Sonho”.⁷⁹ Descrições de eleições são poucas, a mais detalhada é de longe a de Cardoso sobre a eleição de Pedro II em 1622, mas não descreve especificamente quem eram os eleitores. Na verdade, parece que se tratava de um grupo de nobres um tanto misterioso. Isso nos faz suspeitar que a ideia de três eleitores fixos era uma tradição que não era exatamente seguida, mas ainda assim considerada continuava a ser considerada uma narrativa oficial. De fato, quando as eleições de Álvaro III e Pedro II foram discutidas por escrito, vários candidatos, incluindo os próprios reis, afirmavam que o rei era eleito, mas que a elegibilidade e os procedimentos variavam de acordo com a conjuntura. De todo modo, todos pareciam inclinar-se para algum tipo de consenso entre os nobres, aparentemente um grande número deles.⁸⁰ Em nenhum outro lugar, exceto em Cavazzi, os eleitores fixos são nomeados.

Parece provável que Soyo tenha ganhado status eleitoral, possivelmente e provavelmente devido ao papel do poderoso conde de Soyo Dom Miguel na eleição de Álvaro II. O longo governo de Miguel, que antecedeu o de seu filho Antonio no século XVI, bem como as concessões incomuns e a relação imediata próxima com Nzinga a Nkuwu, sugerem que papel de

79 Cavazzi, *Istorica Descrizione*, Livro 2, n. 77.

80 Para essas possibilidades, ver John Thornton, “The Correspondence of the Kongo Kings, 1614-35: Problems of Internal Written Evidence on a Central African Kingdom”, *Paideuma*, n. 33 (1987), pp. 414-418.

Soyo nas eleições reais teria sido uma espécie de apanágio para a família real. Em 1648, Daniel da Silva, o novo governante de Soyo, declarou em uma carta ao Papa: “É verdade que sou vassalo do Rei do Congo, mas de todos os seus vassalos, eu somente faço o conde deste condado quando outro morre”.⁸¹ Na verdade, sua queixa estava ancorada nas tentativas de Álvaro de escolher seu próprio candidato para ser governante de Soyo, deslocando a família da Silva para Mbamba, onde, no entanto, operavam como fazedores de reis por vários reinados.⁸² É provável que da Silva esteja repetindo uma tradição mais antiga de condes selecionados internamente.

Portanto, parece possível que o *Mwene Mbata* tenha sempre exercido protagonismo na antiga tradição do século XVI, e que *Mwene Vunda*, proeminentemente presente na eleição de Pedro II, também tenha sido incluído pelo seu papel na conquista de Mpemba. Por esse motivo, *Mwene Vunda* carregava, como o *Mwene Mbata*, o título de avô do rei. Como um membro da realeza, Vunda poderia se posicionar como parte interessada ao título de rei em sua vacância.

Uma voz externa: o relato de Cadornega

Cardoso escreveu o que recebeu informações sobre a história do Kongo a partir de versões oficiais contada em coroações, enquanto Cavazzi mostrou que relatos locais aqui e ali poderiam modificar e complementar essa história. Mas há ainda uma outra tradição vinda de uma direção diferente. O soldado-cronista português de Angola, António de Oliveira Cadornega, chegou à África em 1639 e entre 1680-81 redigiu uma vasta

81 Paulo da Silva para Innocêcio X, 25 de março de 1648, *Monumenta Missionaria Africana* 10, p. 123-124.

82 John Thornton, “Soyo and Kongo: The Undoing of the Centralization” in Koen Bostoen and Inge Brinkman (eds.), *The Kongo Kingdom: The Origins, Dynamics and Cosmopolitan Culture of an African Polity*, Cambridge: Cambridge University Press, 2018, pp. 112-120.

história das guerras angolanas em três volumes.⁸³ Embora seu trabalho tenha sido redigido com base naquilo que testemunhou, em seu terceiro volume, dedicado à cultura, Cadornega forneceu algumas informações sobre o passado do Kongo

Ele havia ouvido de comerciantes portugueses estabelecidos em Okanga, um território semi-independente na extremidade leste (particularmente de um certo Francisco Luís de Murça que viajou a Angola em 1648), que o Kongo havia sido fundado a partir de um local intitulado “Kongo dia Nlaza”. Segundo o relato de Cadornega sobre este lugar, “assim esta gente Mexiconga, descende da terra dentro e se entende, vieram de Congo de Amulaca, se assenhorearam do poderoso reino do Congo, sendo os naturais dele Ambundos de outra casta”,⁸⁴ quando, ele escreveu, “ouvindo aqueles gentios nomear, todos lhe batem as palmas, assim por das suas terras e senhorio proceder a nação Moxiconga”⁸⁵

Cadornega provavelmente não teve notícias nem das histórias de Cavazzi nem de Cardoso. Supreendentemente, seu testemunho foi ignorado por Cuvelier e Vansina. A comunidade de comerciantes portugueses em Okanga, atraída pelo enorme comércio de têxteis entre a região inferior do Kwango-Kwilu-Kasai e Angola, tinha um assentamento permanente na região desde o final do século XVI, incluindo uma igreja construída no local. Deste modo, esses agentes estavam bem-posicionados para ouvirem tradições locais, apensar de não terem acesso aos cronistas reais de São Salvador.

O relato de Cadornega, portanto, não constitui uma versão oficial da tradição do centro do poder do Kongo, nem mesmo das tradições locais em Mpemba Kasi, mas uma versão específica de Okanga e certamente mais ancorada a esse território ao Leste do Kongo. Kongo dia Nlaza não

83 Antonio de Oliveira de Cadornega, *História geral das guerras angolanas, 1680*, 3 vols., Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1972 [versão modernizada de 1942-44, reeditada em 1972].

84 Cadornega, *História geral das guerras angolanas*, v. 3, p. 188. Amulaca está soletrado com um “c”, mas em outras partes está escrito com “ç”, Amulaça.

85 Cadornega, *História geral das guerras angolanas*, v. 3, pp. 276-77.

constituía provavelmente tampouco uma província oriental do Kongo, já que a região foi citada nos títulos de Álvaro II apenas em 1583 (como “os Sete Reinos do Congo dia Mulaza”) e provavelmente estava fragilmente integrado e baseado em um arranjo tributário limitado.⁸⁶ Cadornega relatou que, na década de 1650, Kongo dia Nlaza era poderoso e levantava seus próprios exércitos e defendia um território grande.

O Kongo dia Nlaza foi situado por Cardoso como parte de um agrupamento regional no leste do Kongo, que ele ouviu chamarem de “Momboares”.⁸⁷ Considerando a maneira portuguesa de dar nomes étnicos ou regionais, seria correto chamá-lo de Mbwadi. Este território, que ele situou pelos rios, tinha o rio Congo como sua fronteira norte, assim como o Nsele como uma fronteira nordeste, e dali se estendia para leste até o Rio Wamba, e incorporava o Kongo dia Nlaza a Sudeste. De lá, se estendia “até chegar às serras de Damba e Encuso, que são as mesmas que mais adiante chamam de Canda, até chegar à mais alta serra delas mais adiante do nascimento, e cabeça do rio Ambrize; donde traçando-se uma linha até o rio Coilo, continua até desembocar no rio Zaire, abaixo de Masinga junto de Bamba cazi”.⁸⁸ De significância vital aqui é que sua fronteira ocidental era Mpemba Kasi (Bamba cazi para Cardoso), a província raiz da tradição da realeza do Kongo, e que incorporava todas as três principais províncias do leste do Kongo ao longo do Rio Inkisi: Nsundi, Mpangu e, mais notadamente, Mbata.

A já citada observação de Cavazzi que defende a existência de um pacto de casamento entre Mbata e o emergente Kongo como raiz genealógica do reino, observando que Mbata, Mpangu (que também tinha algum tipo de relação especial) e Nsundi também faziam parte deste território. Essa versão concede a Mbwadi, e a Kongo dia Nlaza, um papel especial. Kongo

86 Álvaro II para o papa, 1583, *Monumenta Missionaria Africana* 3, p. 234

87 Recentemente, “Mbwadi” (a raiz desse termo) referia-se vagamente a pessoas que viviam ao sul do lago Malebo, de acordo com o dicionário de Laman. Não está relacionado ao número sete, *sambwadi*, como eu argumentou em 2018. Ver Thornton, “Origins of Kongo”, p. 29.

88 [Mateus Cardoso] “Relação do alevamento de D. Afonso irmão do rei do Congo, D. Álvaro III”, 24 jan. 1624, *Monumenta Missionaria Africana* 15, p. 533.

dia Nlaza pode ter sido muito mais extenso em tempos antigos. Durante o reinado de Diogo I (1545-1561), o “Imperador Congueia Molauza” estava entre um número de “reis e senhores” que contataram o padre Sebastião de Souto, e “que pedem a V. A. cristandade e a mim enviarem embaixadores sobre isso”.⁸⁹ Deve-se presumir que um imperador teria um domínio grande, mas talvez menos centralizado.

Dado que Mbata foi tão central para o desenvolvimento inicial de Kongo, temos que considerar um componente oriental, bem como um componente do Norte, seguindo para o Sul através do rio Congo, conforme definido na tradição real. Os títulos detidos pelos governantes de Mbata, bem como o governante de Lemba, mais a Leste, perto do lago Malebo, mostram que eles eram designados como avós dos reis de Kongo, o que traduzia presumivelmente posições de destaque desses chefes em unidades anteriormente mais poderosas.

Mbata ainda atuava como uma força independente no Kongo no final do século XVI. Lopes observou que, em seu tempo, apenas Mbata tinha permissão para manter uma força independente de mosqueteiros.⁹⁰ Em parte, isso visava proporcionar proteção contra os “jagas”, que haviam invadido o Kongo através de Mbata em 1567, os quais, por sua vez, haviam vindo de mais a leste, do império de Mwene Muji.⁹¹ Quando um misterioso senhor vindo do oriente (possivelmente Mwene Muji) foi a Mbata em busca do cristianismo propagado por De la Encarnación, o governador de Mbata serviu como padrinho.⁹² Durante a coroação de Pedro II em 1622, o Duque de Mbata estava ausente e não pode proferir o discurso histórico costumeiro, mas ao mesmo tempo sabemos que seria morto em combate (juntamente com muitos outros nobres) em uma revolta liderada por Okanga no mesmo ano.⁹³

89 Apontamentos de Sebastião de Souto, post. 1561, pre-1567, *Monumenta Missionaria Africana* 2, p. 480. O texto original (Biblioteca Nacional de Lisboa, MS 3767, fols. 9-12) é uma cópia do século XIX e certamente contém erros de tradução, particularmente em relação aos nomes de localidades.

90 Pigafetta, *Relação*, p. 37.

91 Pigafetta, *Relação*, p. 59.

92 Diego de la Encarnación, “Relazione”, *Monumenta Missionaria Africana* 4, p. 404-405.

93 Cardoso para Rodrigues, 1625, *Monumenta Missionaria Africana* 7, p. 293.

Reconstruindo a origem do reino do Kongo

Por volta de 1350, a porção ocidental da África Central comportava um grande número de entidades políticas de variadas dimensões. Havia muitos reinos pequenos, dos quais o maior era Mpemba, que provavelmente tinha três níveis de autoridade com cerca de 30.000 quilômetros quadrados de território. Mbamba e Soyo ficavam a Oeste dele, embora territórios menores como Kabunga também estivessem na área; a Leste havia Wandu, todos os quais eram menores que Mpemba, mas também provavelmente tinham três níveis de autoridade.

O tamanho e a complexidade de Mpemba eram tais que pode ser mais apropriado descrever os eventos que estamos chamando de fundação do reino do Kongo como uma conquista do reino de Mpemba. A capital de Mpemba estava localizada, de acordo com Lopes, perto das nascentes do rio Loze, perto do “Monte Brugiato” e no extremo sul da área onde o Kongo começava. O missionário redentorista Joseph de Munck soube dessa capital na década de 1960, tendo sido informado por um catequista protestante que visitou o local. Havia, de fato, uma montanha chamada Kiyoka (“ardente”) na margem direita do rio Loze. O “zungu” (kikongo para um local de habitações abandonadas) tinha um cemitério importante com “outros artefatos: amuletos, mintadi [estatuetas da Europa], sabres, presas de elefantes, também se encontram por lá nkangi [antigos crucifixos] em várias tumbas”.⁹⁴ Eram possivelmente artefatos de uma ocupação posterior, mas provavelmente de considerável antiguidade.

As alianças e manobras dos primeiros reis de Vungu/Kongo sugerem que esta conquista foi uma tarefa muito difícil, exigindo muitas negociações e acordos antes de uma eventual consolidação. Mpemba, podemos supor, estava lutando primeiro por sua fronteira norte, e a região central apenas após a fundação do Kongo. Dessa forma, pode-se dizer que a capital de Mpemba foi deslocada de sua extremidade sul para Mbanza Kongo,

94 Joseph de Munck, “Notes sur Mpemba, Nkondo, Wembo”, Ngonge Kongo (1979), pp. 67-68. Os artefatos apenas atestam que uma cidade significativa estava localizada, no período cristão, onde Lopes vagamente a colocou.

e a liderança mais antiga de Mpemba foi removida em favor de membros da família real do Kongo.

Havia também unidades políticas grandes na área, mas talvez menos bem integradas. Kongo dia Nlaza, assemelhado a um império, tinha reinos como Nsundi, Mbata e Mpangu sob sua autoridade, mas também outros mais ao leste e pouco conhecidos, talvez incluindo Okanga. No Nordeste, o reino Teke do grande Makoko já estava sem dúvida em existência, como é mencionado em documentos do início do século XVI. Além disso, Mwene Muji, no baixo Kwilu e Kasai, com sua sede na cidade moderna de Mushie, foi observado tanto por Lopes quanto pelos carmelitas. Na década de 1930, os descendentes de seus fundadores podiam contar pelo menos 24 gerações de predecessores, nos levando de volta ao início do século XV, ou até mesmo final do século XIV, se lido literalmente.⁹⁵

A conquista de Vungu sobre Mpemba começou no final do século XIV, quando Nimi a Nzima assumiu o controle de Mpemba Kasi e, talvez no mesmo movimento, também fez uma aliança com Mpuku a Nsuku de Mbata, casando-se com sua filha Lukeni lua Nsanse e concordando em trocar parceiros de casamento e apoio mútuo. Uma parte importante desse arranjo era proteger as famílias governantes de cada território contra usurpação interna (ou externa). No entanto, é mais provável que o processo tenha sido mais lento, com, pelo menos, uma geração de reis governando apenas em Mpemba Kasi. Ao menos dois reis governaram durante o período, fazendo fronteira com os territórios de Kongo dia Nlaza ao longo e ao redor do Nsi a Kwilu: o vale do rio Kwilu próximo à atual cidade de Kimpese.

O casamento com Mbata trouxe Nimi a Nzima para a política interna de Kongo dia Nlaza, uma vez que ele, ou um de seus sucessores imediatos, fez uma aliança militar, primeiro com Mpangu, que lutou ao lado de Kongo dia Nlaza, e depois com Nsundi para conquistar Mpangu. Todos os três parecem ter sido relativamente independentes com relação a Kongo dia Nlaza, que talvez estivesse perdendo autoridade, se não prestígio, nesse momento.

95 John Thornton, “Mwene Muji: A Medieval Empire in Central Africa?”, *Journal of African History*, v. 65 (2024), pp. 30-46

Por volta de 1400, Nimi a Lukeni, filho de Nimi a Nzima e Lukeni lua Nsanse, moveu um exército, provavelmente incluindo as forças de Mpangu ou Nsundi (ou ambas) e provavelmente também de Mbata, para o sul, adentrando profundamente o território de Mpemba. Mpemba era forte, então é razoável acreditar que as alianças no extremo Leste de Nsi a Kwilu, nas quais Mpangu e Nsundi foram adquiridos, sustentariam uma força capaz de enfrentar Mpemba. Mesmo assim, a invasão foi lenta. Lukeni lua Nimi parou por um tempo a algumas milhas da montanha de topo plano do Kongo para reunir aliados. Pelo menos dois são prováveis: Mpangala era um deles, Kabunga o outro. Mpangala era uma subdivisão de Vunda, cujas terras ficavam logo ao sul do rio Mbridge (e foi aplacado ao se juntar a Mbata como eleitor), e em cujas terras ficava a montanha onde Mbanza Kongo foi construída. Kabunga, a oeste, pode ter avançado para o ainda independente reino de Mbamba e continuado até Luanda.

Essas alianças judiciosas permitiram a Lukeni lua Nimi ocupar a montanha onde ele viria a construir Mbanza Kongo, sua nova base, e finalmente enfrentar o desafio de conquistar o poderoso reino de Mpemba. Até o momento, a arqueologia não forneceu datação para a montanha de Mbanza Kongo antes do século XV, o que sugere que ela estivesse desocupada ou pouco habitada nessa época. Nenhum levantamento sistemático da região foi realizado até este momento.⁹⁶

Lukeni lua Nimi havia conquistado um território considerável e também havia feito concessões para ganhar forças, começando com Mpangu e Mbata, e então com Vunda: os três últimos que desempenhariam um papel na escolha do rei. Mbata tinha o direito mais forte, Vunda um menos importante, e até 1550, o governo de Vunda era um presente do rei de Kongo; Mbata nunca foi absorvida, mas seu papel eleitoral eventualmente foi

96 Bernard Clist, Maria C. Lopes, et al. *Rapport d'expertise archaéologique: Ville de Mbanza Kongo, République d'Angola* [relatório não publicado submetido ao Ministério da Cultura de Angola], 2015, p. 42, sobre a cronologia, a partir de materiais escavados em obras públicas em 2011, os trabalhos de 2014 foram focados em remanescentes conhecidos, e portanto potencialmente menos prováveis do que os das descobertas acidentais de 2011.

marginalizado. A integração de Vunda foi alcançada juntamente com um certo reconhecimento de Mpangala, um de seus subdistritos, embora exatamente o que foi negociado não seja conhecido. Mpangu era autônomo, um direito que mais tarde perdeu, em parte, devido ao seu apoio ao meio-irmão rival de Afonso I.

As conquistas posteriores foram talvez mais fáceis, pois o Kongo teria então recursos suficientes para não precisar fazer concessões: Mbamba, ao sul e Wandu, ao leste, parecem ter sido conquistadas diretamente (pelo menos não há indicação de qualquer concessão). A área mais importante ao sul, a ilha de Luanda com sua pesca de nzimbu [concha utilizada como moeda], foi uma conquista crucial que parece ter sido realizada por Kabunga.

No entanto, a conquista do Sul focou primeiro em ganhar Luanda. Um longo trecho da costa sul ao norte de Luanda (chamado talvez de Nsi a Ngala) não foi inicialmente conquistado, e, em 1539, Afonso listou Musulu, uma parte da região, entre seus “senhorios” em vez de fazer parte de Kongo. Soyo pode ter desempenhado um papel nesta conquista, como mostra o subsídio de Nzinga a Nkuwu de terras costeiras para Soyo. Nsi a Ngala foi conquistada apenas em 1548.⁹⁷ Os esforços militares do Kongo no início do século XVI foram principalmente em direção ao sul e a oeste, em “Mbundu”, e para o leste em guerras inconclusivas contra o grande Makoko, ou mais efetivamente contra as terras de Kongo dia Nlaza.

O governo no antigo Kongo

Dado o papel da conquista no estabelecimento do Kongo, não seria surpreendente que o reino fosse governado de forma fortemente centralizada, como descrevem as fontes do final do século XVI. Um excelente resumo, reunido a partir do testemunho de De la Encarnación e Lopes, e talvez modificado pelo embaixador Antonio Manuel, descreve sua estrutura fiscal em um manuscrito, infelizmente, mutilado, sem a metade esquerda da página:

97 Thornton, *A History of West Central Africa to 1850*, p. 67.

...província e em cada uma o seu Vice-Rei, o qual
...limita-se a si mesmo, exceto que ele é um pouco mais
...a província e em algumas populações
...vilarejos menores, e eles Governadores
...em outros Chefes e assim eles vão
...o qual tem na cabeça, e os
...outros; e eles têm o resto que os...

Mesmo avariado, o documento nos dá informação suficiente para estabelecermos que havia uma estrutura hierárquica provincial que incluía províncias, subprovíncias e “povos menores”, ou aldeias. Eles eram governados por “vice-reis” e “governadores”: títulos inventados pelos carmelitas. Como observaram os missionários: “todos aqueles que detêm superioridade são chamados de *Magni*”. Eles usavam o termo “Vicerè” [Vice-rei] apenas “(para entender melhor), todos são chamados de *Magni*”. Dentro de uma década, porém, Álvaro II atribuiria títulos no estilo europeu, como marquês, conde e duque. A porção restante do texto, agora completamente preservada, define como os impostos e renda eram coletados:

Os vice-reis têm governadores e líderes de aldeias, principalmente responsáveis por cobrar dos subordinados os tributos que pagam ao rei, que são levados ao vice-rei de sua província, e este os leva à corte duas vezes por ano para apresentar este tributo, e se o rei está satisfeito, ele responde com a palavra “Uote”, que significa: “você fez bem”... Mas se ele não diz “Uote”, eles retornam com um tributo muito reduzido, mas levam o máximo que podem. E se, na aquele momento, o rei não está satisfeito, ele repreende e retira o cargo, deixando o indivíduo tão pobre quanto o negro mais infeliz dos outros. Isso faz com que o rei seja o senhor absoluto de todo o reino, e quando ele tem capricho, ele pode retirar o cargo, herança e propriedade de quem quiser, sem que ninguém reclame. Da mesma forma que o rei trata os vice-reis, estes tratam os seus governadores, e estes tratam aqueles que pagam tributos por meio de líderes.⁹⁸

Os testemunhos do século XVII, começando com os relatos jesuítas do Kongo, passando pelas informações reportadas de Angola e, finalmente,

98 BAV, Lat. Vat. 12516, fol. 117.

os detalhados relatos dos capuchinhos, reafirmam o funcionamento desse sistema.⁹⁹ Os visitantes que testemunharam esse sistema o consideraram despótico e arbitrário, com um grande poder concedido pelos reis. De fato, o alto grau de centralização e de dependência da nobreza em relação aos favores reais, fosse para prosperar ou para fracassar, significava que o controle do poder real resultava em frequentes guerras civis.¹⁰⁰

Por mais útil que fosse, no entanto, temos muito pouca informação sobre o funcionamento interno do governo de Kongo nos períodos iniciais. As nomeações reais para controlar as províncias eram chamadas de “rendas” em documentos do século XVII, e deixam claro que a província era vista como uma fonte de renda. O termo foi usado pela primeira vez por Afonso em 1514, ao relatar que seu pai “a nós tiraria a Renda e deixar-nos-ia andar por aí como homem de vento [sem rumo], até que morrêssemos ou ele nos mandasse matar”.¹⁰¹ A dependência da nobreza do Kongo também chamou a atenção de João III de Portugal, que escreveu a Afonso em 1529: “De uma coisa me espanto muito, de como se pode conservar vosso Reino e vossos fidalgos perto da maneira que tendes e as afrontas que vos fazem”. Ele propôs que, em vez disso, Afonso fizesse arranjos contratuais que estabeleceriam seus níveis de tributação e que “a eles de não lhes tomar as terras, cumprindo eles as condições dos contratos que com eles fizerdes, porque desta maneira eles estarão seguros”.¹⁰²

A questão da segurança durante os rituais de posse real era importante para a nobreza local, como é revelado no único documento do século XVI que lança grande luz sobre a administração do Kongo. Trata-se de uma investigação judicial de 1550 sobre uma conspiração

99 Essas nomeações e acordos fiscais são apresentados à medida que ocorreram na história política do Kongo, nas seções dedicadas ao Kongo em Thornton, *A History of West Central Africa to 1850* (Cambridge: pp. 53-66; 89-91; 106-107; 109-113; 124-136; 148-160; 153-154; 159-161; 173-176).

100 Hilton, *Kingdom of Kongo*, p. 41; ver também John Thornton, *The Kingdom of Kongo in the Era of the Civil Wars, 1641-1718*, Madison: University of Wisconsin Press, 1983, pp. 41-46.

101 Afonso para Manuel I, 5 de outubro de 1514, *Monumenta Missionaria Africana* 1, p. 295.

102 João III para Afonso c. 1529, *Monumenta Missionaria Africana* 1, p. 530.

liderada por Pedro Nkanga a Mvemba (filho de Afonso I) para derrubar o então rei, Diogo I. O inquérito foi elaborado de maneira formal em português, com residentes portugueses atuando como líderes da investigação. Provavelmente, ele foi realizado após uma investigação oral (*nkanu*) ter sido concluída, a fim de criar um registro escrito que exigisse a extração de um dos conspiradores de Portugal ou de seus territórios.

A conspiração ocorreu durante os primeiros cinco anos do reinado de Diogo. Pedro havia governado como rei por dois anos e havia nomeado apoiadores para vários cargos provinciais durante esse tempo. Quando Diogo o derrubou, no entanto, ele não estava em posição de agir contra Pedro (que havia se refugiado em uma igreja) porque os nomeados por Pedro ainda estavam controlando as províncias, e todos os envolvidos ainda estavam incertos sobre quem sairia vitorioso. A nomeação para rendas era importante; Dom Afonso testemunhou que Diogo havia prometido a ele a renda de Nsundi, mas nunca lhe deu, e esperava que Pedro recompensasse com a renda seu apoio contínuo. Diogo também havia tirado a renda de *Mwene Lumbo* e dado a *Mwene Mpamba*, com ordens de decapitar *Mwene Lumbo*. No entanto, *Mwene Lumbo*, que tinha chefes nomeados em níveis inferiores, acreditava que eles se revoltariam e o restabeleceriam no poder. Outro chefe nomeado por Pedro detinha o prestigioso cargo de *Mwene Mpemba*, mas esperava que Diogo o deixasse manter o cargo e, portanto, vacilava quando lhe faziam propostas.¹⁰³

Portanto, embora escasso, o conjunto de evidências do século XVI aponta para um sistema fiscal e político centralizado no Kongo desde o início de seu contato com Portugal. O Kongo adotou certa terminologia de Portugal quando adotou a escrita, como podemos observar nos inquéritos como o de 1550, mas é improvável que os portugueses teriam ensinado o Kongo a governar, como alguns autores portugueses da era colonial

103 Thornton e Heywood, “Treason of Dom Pedro Nkanga a Mvemba”, pp. 14, 16, 21-23 (*Monumenta Missionaria Africana* 2, p. 256 falhou em incluir uma frase do documento original, o que torna a passagem incompreensível, corrigida nesta edição.)

supunham, especialmente porque o suposto mentor, João III de Portugal, considerava o sistema demasiado centralizado e despótico.

No entanto, se Portugal evidentemente não ensinou a governança ao reino do Kongo, talvez os reinos pré-existentes que o Kongo conquistou, especialmente Mpemba, já tivessem desenvolvido uma administração altamente centralizada. Quando conquistado, o sistema administrativo existente nesses reinos poderia simplesmente ser preenchido com novos nomeados da elite do Kongo. O poder alcançado no Oeste e no Sul poderia, então, ser transferido de volta para Nsundi e Mpangu, mas nunca o suficiente para deslocar completamente a família real de Mbata.

A leitura cuidadosa de todo o conjunto de evidências sobre as origens de Kongo nos leva a abandonar as ideias apresentadas de forma direta nas principais fontes primárias mais conhecidas do século XVII. Em vez do rei conquistador atravessando audaciosamente o rio e fundando o país, nota-se que o Kongo se desenvolveu a partir de um processo de expansão de longa duração, ao longo de múltiplos reinados, por vezes por meio de conquista, mas frequentemente por meio de alianças e acordos. Deste modo, é evidente que o Reino de Mpemba o estado mais antigo e extenso na região, o que exigiu grande cuidado e muitos compromissos da parte do Kongo para subjugar-lo. Contudo, uma vez completada a conquista, o reino do Kongo tornou-se altamente centralizado. Essa centralização, por sua vez, teria gerado uma adaptação na narrativa de origem presente nas tradições orais para colocar no papel central da mesma a figura de um rei conquistador como herói. O colapso subsequente da centralização eventualmente levou a constituição de tradições inteiramente novas que narraram a existência de clãs percorrendo o país para preencher um espaço que se encontrava aparentemente vazio quando Cuvelier começou sua coleta sistemática.

Recebido em 20 abr. 2024

Aprovado em 30 set. 2024

doi: 10.9771/aa.v0i71.60769

As tradições orais do Kongo oferecem importantes *insights* sobre as origens do reino, especialmente considerando que algumas dessas tradições foram registradas ainda no século XVI. Reconhecendo que as tradições mudam conforme a estrutura social se transforma, este trabalho parte das tradições mais antigas para construir uma narrativa cuidadosa e gradual das origens do reino, marcada por concessões em vez de uma conquista abrangente, como sugerem tradições posteriores. Evita-se o uso de relatos tradicionais muito recentes, do século XX e da etnografia moderna, concentrando-se em evidências de testemunhas oculares e suas tradições. Novas descobertas documentais deixam claro que a origem do Kongo se assemelhou mais a uma conquista de um reino pré-existente em Mpemba, do que à fundação de um novo reino em uma região previamente descentralizada

Tradição oral | Reino do Kongo | Formação de reinos | Angola | Ideologia

MUNA NTETE: THE ORIGINS OF THE KINGDOM OF KONGO

Oral traditions of Kongo allow important insights into the origins of the kingdom, especially as some traditions were recorded as early as the sixteenth century. Noting that traditions change as social structure changes, this work builds from the earliest traditions to make a careful step by step origin with concessions rather than a sweeping conquest as later traditions suggest. It avoids using either very recent traditional accounts from the twentieth century and modern ethnography, but focuses on eyewitness evidence along with tradition. New documentary finds make it clear that the origin of Kongo was more like the conquest of a pre-existing kingdom of Mpemba, than the founding of a new kingdom in a previously decentralized area.

Oral tradition | Kingdom of Kongo | Formation of Kingdoms | Angola | Ideology